

São Paulo, 02 de abril 2020

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 002/2018

Referente ao Processo nº 519159/2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO 2019

Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência

Informações relativas ao ano de 2019

- Número de atendimentos na 1ª. DPPD: **2318 atendimentos**
- Número de pessoas que compareceram à 1ª. DPPD: **2030 pessoas**
- Número de pessoas com deficiência: **1366 pessoas**
- Número de casos novos: **1022 casos**
- Número de casos encaminhados para a Rede de defesa e Garantia de Direitos: **351 encaminhamentos**
- Número de Boletins de Ocorrência: **502 Boletins de Ocorrência**
- Inquéritos Policiais instaurados: **115 inquéritos**

Informações Gerais:

Durante o ano de 2019 de vigência deste Termo de Colaboração, realizamos na Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência **2318 (dois mil trezentos e dezoito) atendimentos** a **2030 (duas mil e trinta)** pessoas. Algumas pessoas vieram mais de uma vez a esta delegacia, e por isso tiveram mais de um atendimento.

Das **2030 (duas mil e trinta)** pessoas que passaram pelo atendimento inicial realizado em conjunto pelo Centro de Apoio Técnico e Equipe Policial, **1366 (hum mil trezentos e sessenta e seis)** tinham alguma deficiência. Considerando o total de pessoas com deficiência no ano de 2019, **1366 (hum mil trezentos e sessenta e seis)**, **905 (novecentos e cinco)** foram de pessoas com deficiência auditiva, **237 (duzentos e trinta e sete)** pessoas com deficiência física, **66 (sessenta e seis)** pessoa com deficiência visual, **88 (oitenta e oito)** pessoas com deficiência intelectual, **22 (vinte e duas)** pessoas com deficiência múltipla e **30 (trinta)** caso de deficiência psicossocial (transtornos mentais, esquizofrenia, depressão)¹ e **18 (dezoito)** não informado.

Nos **905 (novecentos e cinco)** atendimentos aos surdos foi proporcionada a participação de interpretes de Libras, garantindo acesso pleno ao serviço, bem como sua comunicação com os demais membros das equipes técnica e policial, orientações adequadas e encaminhamentos necessários. É importante mencionar, que dos **905 (novecentos e cinco)** atendimentos aos surdos, **817 (oitocentos e dezessete)** utilizaram a comunicação em Libras, isto é, em mais de **90%** dos atendimentos a pessoas surdas foi utilizada a comunicação em Libras. Nos demais atendimentos foram utilizadas a comunicação bimodal, oralizada ou dispensaram o Interprete de Libras².

Nos atendimentos realizados foram emitidos “Pareceres de Comunicação Realizada” que é um documento técnico no qual os Intérpretes de Libras apontam qual a forma de comunicação foi realizada no decorrer do

¹ A deficiência psicossocial foi incluída no rol de deficiências pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, adotada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13/12/2006. Convém salientar que o termo “pessoa com deficiência psicossocial” não é o mesmo que “pessoa com transtorno mental”. Trata-se de “pessoa com sequela de transtorno mental”, uma pessoa cujo quadro psiquiátrico já se estabilizou.

² **1 Surdos sinalizantes** (aqueles que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais, não cabendo aqui classificar a fluência, mas sim o conhecimento da língua); **Surdos bimodais** (aqueles que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais e da língua oral ao mesmo tempo ou alternadamente); **Surdos com comunicação alternativa** (surdo que não tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, porém faz uso de gestos, mímicas e assim constrói o diálogo para se fazer entender e se expressar); **Ensurdecidos** (pessoas ouvintes que ao longo de suas vidas foram perdendo a audição, portanto não usam LIBRAS); **Surdos sem língua** (aqueles que realmente não possuem meio de comunicação, que não conseguem de forma alguma se expressar, sendo sua fala realizada por outra pessoa).

atendimento prestado. O mesmo parecer é anexado à documentação do(a) atendido(a) para posterior utilização por outros órgãos públicos, garantindo o direito do mesmo a comunicação em Libras.

Outros números foram registrados, como pessoas que estiveram pela primeira vez na 1ª. Delegacia da Pessoa com Deficiência ou retornaram a este serviço mais de uma vez no mesmo mês. Dos **2318 (dois mil trezentos e dezoito)** atendimentos no ano de 2019, **1022 (hum mil e vinte e duas)** pessoas são pessoas que vieram à DPPD pela primeira vez e as demais pessoas já utilizaram o serviço em ocasiões anteriores.

Números do Cartório da 1ª. DPPD:

Foram registrados **502 (quinhentos e dois)** Boletins de Ocorrência e instaurados **115 (cento e quinze)** Inquéritos Policiais, segundo dados do Cartório da 1ª. DPPD no ano de 2019.

Atividades compartilhadas Centro de Apoio Técnico e Equipe Policial:

No decorrer do ano, o Centro de Apoio Técnico também atendeu a **94 (noventa e quatro) Memorandos** expedidos pela 1ª. DPPD, sobre Inquéritos Policiais em andamento, os quais solicitaram o acompanhamento da equipe multidisciplinar em **56 (cinquenta e seis)** diligências (visitas domiciliares) da equipe policial. Na ocasião as profissionais do Centro de Apoio também avaliaram questões psicossociais, acesso a rede de serviços públicos, bem como aspectos relacionados à dinâmica familiar.

Encaminhamentos para a rede:

Em março, o Centro de Apoio realizou **351 (trezentos e cinquenta e um)** encaminhamentos para a rede de apoio visando acionar os direitos básicos e/ou visando romper a situação de violência, os encaminhamentos foram os seguintes:

- ✓ **101 (cento e um)** casos para órgãos diversos (PROCON, INSS, Prefeitura, etc).
- ✓ **89 (oitenta e nove)** casos para Defensoria/Justiça;
- ✓ **85 (oitenta e cinco)** casos para Assistência Social;
- ✓ **44 (quarenta e quatro)** casos para a Saúde;
- ✓ **20 (vinte)** casos para organizações sociais;
- ✓ **08 (oito)** casos para a educação;
- ✓ **04 (quatro)** casos para Conselho de Direitos.

Produção de material:

Folder

Você sabia?

Além do Código Penal, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também prevê crimes contra pessoas com deficiência:

Art. 58: Praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.
Penas: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 59: Apropriar-se de ou destruir bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência.
Penas: reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 60: Abandonar pessoa com deficiência em hospital, casa de saúde, entidades de atendimento ou congêneres.
Penas: reclusão de 0 (zero) meses a 3 (três) anos, e multa.

Art. 61: Fazer ou utilizar cartão magnético, qualquer outro eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinadas ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.
Pena: detenção, de 0 (zero) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Endereço
Rua Engenheiro Tobias, 207 Lins - São Paulo, SP (próximo da Estação Lins - Metrô e CPTM)

Horário
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Não há necessidade de agendamento prévio.

Contatos
(11) 5081-8000 (11) 5081-8005
dpp@delegacia.policia.sp.gov.br
centrodeapoio@dpp.policia.sp.gov.br

1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência
Centro de Apoio Técnico
São Paulo - SP





Você sabia?

Além do Código Penal, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também prevê crimes contra pessoas com deficiência:

Art. 58: Praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.
Penas: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 59: Apropriar-se de ou destruir bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência.
Penas: reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 60: Abandonar pessoa com deficiência em hospital, casa de saúde, entidades de atendimento ou congêneres.
Penas: reclusão de 0 (zero) meses a 3 (três) anos, e multa.

Art. 61: Fazer ou utilizar cartão magnético, qualquer outro eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinadas ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.
Pena: detenção, de 0 (zero) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Endereço
Rua Engenheiro Tobias, 207 Lins - São Paulo, SP (próximo da Estação Lins - Metrô e CPTM)

Horário
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Não há necessidade de agendamento prévio.

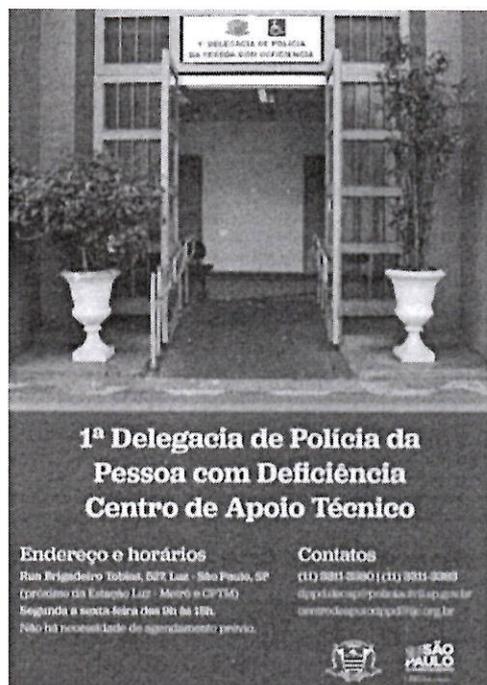
Contatos
(11) 5081-8000 (11) 5081-8005
dpp@delegacia.policia.sp.gov.br
centrodeapoio@dpp.policia.sp.gov.br

1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência
Centro de Apoio Técnico
São Paulo - SP





Cartaz



Publicação de artigo na Revista DI - Edição 16, ano 09 – Dezembro de 2019

Link: <https://www.ijc.org.br/pt-br/sobre-deficiencia-intelectual/publicacoes/Documents/Revista-DI-16.pdf>

O Artigo “Violência contra crianças e adolescentes com deficiência” foi escrito por nossa parceira Sabrina Mazo D’Affonseca, Mestre em Educação Especial, Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - LAPREV – Laboratório de Análise e Prevenção da violência (LAPREV) que possui parceria com a APAE DE SÃO PAULO, conforme previsto em no Plano de Ação do Centro de Apoio Técnico. Segue o artigo na íntegra:

Violência

contra crianças e
adolescentes com
deficiência



As medidas de prevenção implicam fortalecimento dos vínculos familiares e intensificação dos treinamentos dos profissionais da área

Sabrina Mazzo D'Afonseca*

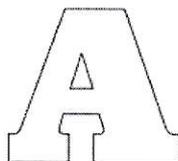
*Psicóloga Mestre em Educação Especial, Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Fala/Audiologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos



Resumo

Ao longo das últimas décadas, a atenção de pesquisadores e profissionais tem se voltado para a violência que ocorre no ambiente privado do lar e no seio dos relacionamentos íntimos e das relações familiares. O fenômeno acontece com maior frequência mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Este trabalho discute a violência contra pessoas com deficiência, em especial crianças e adolescentes, buscando contribuir para a identificação desse fenômeno e para a orientação a respeito de possíveis fluxos de atendimento e encaminhamento e encaminhamentos, para sua prevenção.

Palavras-chave: Violência, Deficiência intelectual, Crianças e adolescentes.



violência é um problema social grave, complexo e multideterminado, que produz várias vítimas e causa sequelas no desenvolvimento físico, social e emocional dos envolvidos, podendo ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa,

ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, 2002).

Crianças e adolescentes com deficiência, por terem menos chances de receber cuidados adequados de saúde e menor acesso à escola, são mais vulneráveis a violência, abusos, exploração e negligência, especialmente se estão institucionalizadas (UNICEF, 2013). Apesar das limitações de estudos que examinaram a prevalência de violência contra crianças e adolescentes com deficiência sem informações demográficas adequadas sobre os participantes e grupos de comparação, estima-se que 26,7% das crianças e dos adolescentes com deficiência entram algum tipo de violência, com 23,4% de prevalência de violência física e 13,7% de abuso sexual. Crianças e adolescentes com deficiência têm probabilidade de três a quatro vezes maior de sofrer violência, negligência e abuso, quando comparadas aos seus pares sem deficiência, a probabilidade é 3,7 vezes maior para medidas combinadas de violência, 3,6 vezes maior para violência física e 2,9 vezes maior para violência sexual (UNICEF, 2013). Comparativamente, o risco de serem seriamente feridos em decorrência de abuso ou negligência é 1,5 vez maior.

Gênero e tipo de deficiência são fatores de risco importantes a considerar. Meninos têm propensão maior do que meninas a receber alimentação e cuidados dos pais e, portanto, são proporcionalmente menos vítimas da violência. Crianças com deficiência intelectual (DI) têm uma probabilidade 4,6 vezes mais alta do que seus pares sem DI de serem vítimas de abuso sexual (UNICEF, 2013), o que dá suporte empírico à teoria de que indivíduos com DI são vistos como mais desamparados e, consequentemente, vítimas ideais para abusadores (PETERSILLIA, 2001). Staller e McArthur (2010) alertam para o risco maior de crianças com problemas de comunicação e/ou sensoriais, que podem não conseguir notar ou impedir a aproximação de um possível agressor.

VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA

O que torna crianças e adolescentes com deficiência mais vulneráveis à violência tem sido uma indagação constante de profissionais e pesquisadores. Algumas hipóteses estão relacionadas às exigências de cuidado e ao estresse dos cuidadores, ao número significativo de crianças e adolescentes institucionalizados e às limitações de comunicação dessa população (UNICEF, 2013). Contudo, para compreender de modo abrangente a vulnerabilidade de crianças e adolescentes com deficiência, é necessário analisar os fatores de risco

Meninos têm propensão maior do que meninas a receber alimentação e cuidados dos pais e, portanto, são proporcionalmente menos vítimas pela violência

em diferentes sistemas: sociais, comunitário, familiares e individuais. Os fatores de risco aumentam a probabilidade de a criança desenvolver disordem emocional ou comportamental e incluem atributos pessoais (biológicos e genéticos) do indivíduo e aspectos relacionados ao contexto familiar, à comunidade e à sociedade (GARMEZY, 1985). A própria deficiência pode ser resultado direto de atos de violência doméstica, em razão da violência cometida pelo parceiro à mulher durante o período gestacional, que pode acarretar danos à criança ou parto prematuro, ou de maus-tratos e/ou negligência ao longo dos primeiros anos de vida da criança (CRUZ, 2007; WILLIAMS, 2003).

A inclusão social de crianças e adolescentes em suas comunidades pode ajudar a amenizar a violência, pois, inversamente, tornam-se mais vulneráveis a violência ao serem separados dos seus pais, vistos como diferentes e afastados das mesmas oportunidades sociais e educacionais. Ao dar menos valor à contribuição das crianças com deficiência, torna-se mais aceitável o tratamento inadequado ou o uso da violência para com elas (STENBERG & HYLTON, 1998; SOBSEY, 1994).

Identificar e denunciar casos suspeitos de abuso é difícil por várias razões. Em primeiro lugar, supõe-se que os cuidadores nunca farão mal a seus filhos com deficiência (SOBSEY, 1994). Além disso, em geral falta treinamento aos profissionais da área para lidar com essas situações (HIBBARD & DESCH, 2007; KENNY, 2004; MANDERS & STONEMAN, 2009).

Os pais, ao se verem diante da deficiência física, sensorial ou cognitiva dos filhos, têm de lidar com uma realidade complexa e confusa, que pode despertar sentimentos semelhantes ao do luto pela perda de uma criança "normal" (BIBEIRO *et al.*, 2007; BASTOS & DESLANDES, 2008; ASANO *et al.*, 2010; FEGORARO & SNEHA, 2013; PALÁCIOS, 2004). Consequentemente, têm de rever projetos de vida, resignificar seus sonhos e alterar rotinas e estilos de vida (OLIVEIRA & POLETO, 2015). Durante esse processo, eles podem vir a negligenciar os cuidados, abandonar seus filhos em instituições (PALÁCIOS, 2004) ou superproteger os filhos, oferecendo mais cuidados do que o necessário (PINTANEL *et al.*, 2013; FEGORARO & SNEHA, 2013).

Ao longo do processo de adaptação dos pais a essa nova realidade, pode-se observar a dificuldade em manter uma qualidade de vida saudável, podendo surgir ou agravar conflitos conjugais, atitudes abusivas em relação à criança ou barreiras para manter atividades de lazer e amizades (NUNES, 2008; PALÁCIOS, 2004). Os recursos de enfrentamento para lidar com a deficiência serão determinantes para o significado da experiência e das vivências dos familiares (FIAMENGH JUNIOR & MESSA, 2007).

As famílias de crianças com deficiência, para manter o equilíbrio e a harmonia, necessitam de uma rede de apoio social (GUALDA *et al.*, 2013a), que pode ser composta por parentes, amigos ou serviços de educação, saúde

e assistência ou religioso (MAIA & WILLIAMS, 2005). A rede pode oferecer apoio emocional, instrumental ou material e informações sobre como lidar com os filhos, já que algumas famílias podem estar despreparadas para identificar as situações de risco e proteger as crianças. Uma pesquisa sobre os recursos e necessidades de pais de crianças com deficiência verificou a necessidade de maior apoio prático, instrumental, informacional e social (GUALDA *et al.*, 2013b).

A coesão e a afetividade familiar são fatores importantes de proteção contra a violência de crianças e adolescentes com deficiência (MAIA & WILLIAMS, 2005). Hospitalizações frequentes e crianças que não respondem ao alito ou não o demonstram ou têm problemas de comportamento podem dificultar os vínculos com os pais, colocando-as em risco. Indivíduos dependentes de cuidados claros podem não saber quando o comportamento do cuidador é inapropriado, não discriminando potenciais situações abusivas. Do mesmo modo, podem ter sido educados para sempre obedecer ao cuidador, sem questionar ou resistir a suas solicitações.

Outro ponto que merece destaque é a dependência emocional em relação aos cuidadores. Comumente, crianças e adolescentes com deficiência podem ter dificuldade em estabelecer e manter um círculo de amizade, por causa de restrições de acesso a locais que propiciariam essas trocas e/ou a rotina de cuidados, que compromete o tempo de lazer. Por não terem vínculos com outras pessoas e com receio de perder a única fonte de atenção e suporte emocional, podem corroborar o pacto do silêncio com o cuidador, na tentativa de manter a relação de que dependem. Verifica-se, portanto, que a vulnerabilidade da criança e do adolescente com deficiência envolve uma soma de fatores em diferentes contextos. A cultura que estabelece as relações de poder e controle entre cuidadores e criança e a falta de vínculo e humanização, isolando-a ou não permitindo contatos externos, podem deixar as crianças vulneráveis a abusos e incapazes de denunciar as experiências abusivas. É importante reforçar os procedimentos para reportar casos de abuso e monitorar as investigações dos casos suspeitos para prevenir a violência contra esse público.

A inclusão social de crianças e adolescentes em suas comunidades pode ajudar a amenizar a violência, pois, inversamente, tornam-se mais vulneráveis à violência ao serem separados dos seus pais, vistos como diferentes e afastados das mesmas oportunidades sociais e educacionais. Ao dar menos valor à contribuição das crianças com deficiência, torna-se mais aceitável o tratamento inadequado ou o uso da violência para com elas (STEINBERG & HYLTON, 1998; SOBSEY, 1994).

Identificar e denunciar casos suspeitos de abuso é difícil por várias razões. Em primeiro lugar, supõe-se que os cuidadores nunca farão mal a seus filhos com deficiência (SOBSEY, 1994). Além disso, em geral falta treinamento aos profissionais da área para lidar com essas situações (HEBBARD & DESCH, 2007; KENNY, 2004; MANDERS & STONEMAN, 2009).

Os pais, ao se verem diante da deficiência física, sensorial ou cognitiva dos filhos, têm de lidar com uma realidade complexa e confusa, que pode despertar sentimentos semelhantes ao do luto pela perda de uma criança "normal" (RIBEIRO *et al.*, 2007; BASTUG & DESLANDES, 2008; ASANO *et al.*, 2010; PEGORARO & SMEHA, 2013; PALÁCIO, 2004). Consequentemente, têm de rever projetos de vida, ressignificar seus sonhos e alterar rotinas e estilos de vida (OLIVEIRA & POLETO, 2015). Durante esse processo, eles podem vir a negligenciar os cuidados, abandonar seus filhos em instituições (PALÁCIO, 2004) ou superproteger os filhos, criando mais cuidados do que o necessário (PINTANEL *et al.*, 2013; PEGORARO & SMEHA, 2013).

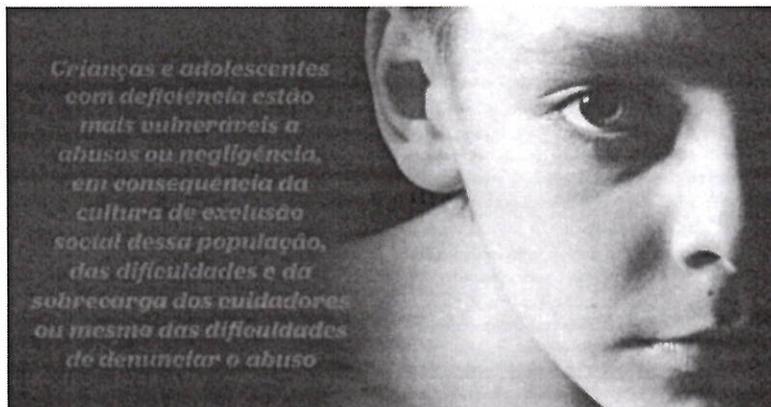
Ao longo do processo de adaptação dos pais a essa nova realidade, pode-se observar a dificuldade em manter uma qualidade de vida saudável, podendo surgir ou agravar conflitos conjugais, atitudes abusivas em relação à criança ou barreiras para manter atividades de lazer e amizades (NUNES, 2008; PALÁCIO, 2004). Os recursos de enfrentamento para lidar com a deficiência serão determinantes para o significado da experiência e das vivências dos familiares (FIAMENGGI JUNIOR & MESSA, 2007).

As famílias de crianças com deficiência, para manter o equilíbrio e a harmonia, necessitam de uma rede de apoio social (GUALDA *et al.*, 2013a), que pode ser composta por parentes, amigos ou serviços de educação, saúde

e assistência ou religioso (MAIA & WILLIAMS, 2005). A rede pode oferecer apoio emocional, instrumental ou material e informações sobre como lidar com os filhos, já que algumas famílias podem estar despreparadas para identificar as situações de risco e proteger as crianças. Uma pesquisa sobre os recursos e necessidades de pais de crianças com deficiência verificou a necessidade de maior apoio prático, instrumental, informacional e social (GUALDA *et al.*, 2013b).

A coesão e a afetividade familiar são fatores importantes de proteção contra a violência de crianças e adolescentes com deficiência (MAIA & WILLIAMS, 2005). Hospitalizações frequentes e crianças que não respondem ao afeto ou não demonstram ou têm problemas de comportamento podem dificultar os vínculos com os pais, colocando-as em risco. Indivíduos dependentes de cuidados diários podem não saber quando o comportamento do cuidador é inapropriado, não discriminando potenciais situações abusivas. Do mesmo modo, podem ter sido educados para sempre obedecer ao cuidador, sem questionar ou resistir a suas solicitações.

Outro ponto que merece destaque é a dependência emocional em relação aos cuidadores. Comumente, crianças e adolescentes com deficiência podem ter dificuldade em estabelecer e manter um círculo de amizades, por causa de restrições de acesso a locais que propiciariam essas trocas e/ou a rotina de cuidados, que compromete o tempo de lazer. Por não terem vínculos com outras pessoas e com risco de perder a única fonte de atenção e suporte emocional, podem corroborar o pacto do silêncio com o cuidador, na tentativa de manter a relação de que dependem. Verifica-se, portanto, que a vulnerabilidade da criança e do adolescente com deficiência envolve uma somatória de fatores em diferentes contextos. A cultura que estabelece as relações de poder e controle entre cuidadores e criança e a falta de vínculo e humanização, isolando-a ou não permitindo contatos externos, podem deixar as crianças vulneráveis a abusos e incapazes de denunciar as experiências abusivas. É importante reforçar os procedimentos para reportar casos de abuso e monitorar as investigações dos casos suspeitos para prevenir a violência contra esse público.



FLUXOS DE ATENDIMENTO

Crianças e adolescentes com deficiência devem ser vistos como um grupo de alto risco, e é primordial a identificação e a notificação dos casos de violência aos órgãos responsáveis por sua proteção, para a viabilidade do problema e o atendimento e o acompanhamento dos envolvidos (UNICEF, 2013; MURIARO *et al.*, 2008).

Com a promulgação do Estatuto de Criança e do Adolescente, em 1990 (BRASIL, 1990), crianças e adolescentes passaram a ter a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo dever de todos zelar pela sua dignidade. Conseqüentemente, diante de um caso suspeito ou confirmado de abuso ou maus tratos, o familiar ou o profissional tem obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar ou outro órgão de proteção à criança, não é preciso fazer uma denúncia formal à delegacia ou a outro órgão da polícia. Não é necessário ter uma confirmação do caso para proceder à comunicação ao órgão competente (BRINO *et al.*, 2011).

Após a notificação ao Conselho Tutelar, será iniciado o processo de investigação da suspeita. Ao analisar a situação, o conselho realizará os encaminhamentos necessários para a rede de proteção do município, que pode

envolver serviços de saúde, assistência social, escola, atividades no contraturno etc., além de intervenções, como visita domiciliar e programas de capacitação parental, que se mostraram eficazes na prevenção da violência e na atenuação de suas consequências (UNICEF, 2013). Em casos mais graves, pode-se proceder ao afastamento da criança do convívio com o agressor, à investigação policial e ao processo judicial (BRINO *et al.*, 2011). Esses procedimentos não são específicos a crianças e adolescentes com deficiência, que podem enfrentar dificuldades adicionais por causa do possível despreparo dos profissionais e de barreiras comunicacionais.

CONCLUSÕES

Crianças e adolescentes com deficiência estão mais vulneráveis a abusos ou negligência, em consequência da cultura de exclusão social dessa população, das dificuldades e da sobrecarga dos cuidadores ou mesmo das dificuldades de denunciar o abuso. A falta de dados consistentes sobre a incidência de abuso e a negligência em crianças com deficiência representa a maior barreira para planejar, implementar e avaliar programas preventivos para essa população (HORNER JOHNSON & IFFLM, 2006; KENDALL-TACKETT *et al.*, 2006; MARGE, 2003).

A prevenção da violência contra crianças e adolescentes com deficiência implica mudanças sociais sobre os limites e direitos das pessoas individuais, fortalecimento das vitucas familiares, garantia de acesso a serviços e suportes necessários tanto à criança quanto à família e treinamento

de profissionais da área para identificar sinais de abuso e negligência. O trabalho em rede com a família, os profissionais e as instituições é fundamental para assegurar o atendimento mais eficaz e eficiente às crianças com deficiência e suas famílias ●



REFERÊNCIAS

ASANO, C. Y. et al. Deficiência auditiva: estudos clínicos sobre o racismo materno. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, v. 30, n. 1, p. 219-230, 2010.

BASTOS, O. M.; DEMIANDES, S. F. A experiência de ter um filho com deficiência mental: narrativas de mães. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 9, p. 2141-2150, 2008.

BOSCH, Estuário de Criança e do Adolescente. 1000 Disponíveis em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2009/nlm.htm>. Acesso em: 05 jul. 2011.

BRENO, R. F. et al. Combating and preventing the abuses of children against their parents and adolescents: The role of the school. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

CRUZ, D. M. C. et al. Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, n. 1, p. 131-140, 2009.

FIAMINGHI JUNIOR, O. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. *Psicologia Clínica e Profissão*, v. 27, n. 2, p. 230-245, 2007.

FUNDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Ampliação Mundial do Índice de IDH 2010 - Crianças com deficiência*. Nova York: UNICEF, 2011.

GARMEZY N. Stress resistant children: the search for protective factors. In: STEVENSON J. L. (Ed.). *Recent research in developmental psychopathology. Journal of Child Psychology and Psychiatry Book Supplement*, n. 4. Oxford: Pergamon, p.210-233.

GUAIJA, D. S.; BORGES, I.; RODRIGUES, R. K. G. A participação da família de crianças pré-escolares públicas alvo da educação especial no processo de escolarização dos filhos. In: DENARI, F. E. (Org.). *Educação especial: reflexões sobre o fazer e o ser*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011a. p. 79-100.

GUAIJA, D. S.; BORGES, I.; CIA, F. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, n. 46, p. 309-330, 2012b.

HERRARD, R. A.; DESCHL, W. Maltreatment of children with disabilities. *Psychiatry*, v. 118, n. 6, p. 1018-1026, 2007.

HURNE, JOHNSON, W.; DRUM, C. E. Prevalence of maltreatment of people with intellectual disabilities: A review of the recently published research. *Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Review*, v. 12, n. 1, p. 67-69, 2006.

KENDALL TACKETT, K. et al. Why child maltreatment researchers should include children's disability status in their maltreatment studies. *Child Abuse and Neglect*, v. 28, n. 2, p. 149-161, 2004.

KENNY, M. Teachers' attitudes toward and knowledge of child maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, v. 28, n. 2, p. 141-149, 2004.

KHOU, E.S. et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão de área. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 2, p. 41-60, 2005.

MANDERS, J. E.; STONEMAN, Z. Children with disabilities in the child protective services system: An analog study of investigation and case management. *Child Abuse and Neglect*, v. 33, n. 4, p. 429-437, 2009.

MARCE, D. R. A call to action: Ending crimes of violence against children and adults with disabilities. A report to the nation. Syracuse: SUNY Upstate Medical University Department of Physical Medicine and Rehabilitation, 2008.

MURRAY, H.M.S. Protocolo de nível de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2008.

NUNES, C. C. et al. As contribuições do papel do pai e do irmão do indivíduo com necessidades especiais na vida sistêmica da família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 1, p. 37-44, 2008.

OLIVEIRA, I. G. de; PULETO, M. Violência emocional de mães e pais de filhos com deficiência. *Revista de Psicologia*, v. 16, n. 2, p. 100-101, 2015.

PALACIOS, J. Maturação e desenvolvimento durante a idade adulta e a velhice. In: OCIL, G. et al. (Eds.). *Desenvolvimento psicológico e educação - psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 171-181.

PEGORARO, C.; SIMEIA, L. N. A experiência da maternidade na violência: implicações do trabalho ao filho com deficiência intelectual. *Sociedade*, n. 89, p. 267-284, 2011.

PETERSILJA, I. R. Crime victims with developmental disabilities: a review essay. *Criminal Justice and Behavior*, v. 25, n. 6, p. 685-694, 2001.

PINTANEL, A. C. et al. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cotidiano. *Revista Brasileira de Psicopedagogia*, v. 24, n. 2, p. 56-62, 2013.

PIBEIRO, S. F. R. et al. Violência de mães de crianças com deficiência auditiva em sala de espera. *Psicologia em Revista*, v. 15, n. 1, p. 91-106, 2007.

STALKER, K.; MCCARTHY, K. *Child protection and the needs and rights of disabled children* at-risk report. Glasgow, Scotland: University of Strathclyde, Faculty of Education for Haidy Stewart Trust, 2010.

STEINBERG, M. A.; HYLTON, J. R. *Responding to maltreatment of children with disabilities: A trainer's guide*. Portland, Oregon: Oregon Institute on Disability and Development, Child Development & Rehabilitation Center, Oregon Health Sciences University, 2008.

SOBSEY, D. *Violence and abuse in the lives of people with disabilities: The end of silent acceptance?* Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 2004.

WILLIAMS, L. C. A. Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 9, n. 2, p. 141-154, 2003.

Visitas à 1ª. Delegacia da Pessoa com Deficiência e Centro de Apoio Técnico:

Mês	Data	Nome	Função/instituição
Janeiro	30/jan	Dra. Deborah Kelly Affonso e Dr. Wilson Tafner	Responsáveis no Ministério Público do Estado de São Paulo pela defesa de direitos de pessoas com deficiência, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva, área de Direitos Humanos.
Fevereiro	05/fev	Equipe da Fipe	Fipe
	06/fev	Aracélia Costa	Superintendente Geral da APAE DE SÃO PAULO
	07/fev	Heron Maturana Júnior e Adriana Ramalho	Assessores da Senadora Mara Gabrili,
Março	11/mar	Renato Luz	Psicólogo e Supervisor clínico
Abril	30/abr	Grupo de 5 estudantes	Curso de Assistência Social Faculdade Uninove
Maio	03/mai	Grupo de 4 estudantes	Curso de Direito
	19/mai	Audidores	Tribunal de Contas
	31/mai	Sabrina D'Afonseca e Maria Alice	Professora e aluna do Laboratório de Análise e Prevenção a Violência (LAPREV) da Universidade de São Carlos
	31/mai	Edward e Renata	Colaboradores do Instituto APAE DE SÃO PAULO
Junho	07/jun	Simone de Carvalho, Salomão Jr, Walter Bruno e Jairo Marinho	Coordenadora de Políticas para as Mulheres, Pessoas com Deficiência, Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Osasco, Chefe de Divisão de Políticas para as Mulheres, Pessoas com Deficiência, Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Sexual) e assessor de Simone de Carvalho
Julho	17/jul	Célia Leão	Secretária Estadual da Pessoa com Deficiência
	26/07	Luiz Alexandre Ventura	Jornalista do Estadão
Agosto	13/ago	Isabella Urnikes	Advogada
	16/08	Wilton Pires (Jr. Bola)	Assessor especial da Secretaria Estadual de DH do Espírito Santo
Setembro	19/set	Valéria Bolsonaro	Deputada Estadual
	25/set	Silvani Pereira	Presidente do Metro de São Paulo
	27/set	Viviane Lima e Aracélia Costa	Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Amazonas e Secretária Executiva da SEDPCD
	27/09	Paulo Vieira	Diretor de políticas temáticas dos direitos Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Outubro	04/out	Daniela Mendes	Nova superintendente da APAE DE SÃO PAULO
	25/out	Silvia Sabanovaite	Assessora técnica e gestora de cursos SEDPCD
Novembro	12/11	Grupo de 04 profissionais	Assistente social e coordenadora do NASF, assistente do NPJ
	27/nov	Anahi Guedes de Melo	Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina

Dezembro	18/dez	Maria Rosas	Deputada Federal do PRB/SP
----------	--------	-------------	----------------------------

MÍDIA - Notícias da 1ª. DPPD e Centro de Apoio Técnico na mídia no ano de 2019

No dia 02 de janeiro a reportagem do jornal SBT-Brasil, da TV SBT, fez uma visita à Delegacia. Na ocasião, a Delegada Titular Dra. Samanta Conti concedeu uma entrevista ressaltando a importância do trabalho (após o 2o. minuto do vídeo). Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=1oZLc5w4sIA>

No dia 26/07/2019, recebemos no Centro de Apoio o jornalista Luiz Alexandre Souza Ventura, que elaborou matéria para seu Blog "Vencer Limites" do Estadão, onde abordou o trabalho realizado sobre a 1ª. DPPD e pelo Centro de Apoio Técnico. A matéria completa está disponível nos seguintes endereços:

- ✓ Facebook: <https://www.facebook.com/192021200836317/posts/2459432850761796/>
- ✓ Instagram: <https://www.instagram.com/p/B0gwKF3ldUC/?igshid=nlfskuv09k9>
- ✓ Site do Estadão <https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/delegacia-da-pessoa-com-deficiencia-efundamental/>

No dia 11/08 a Rede Record transmitiu a reportagem sobre a 1ª. DPPD e do Centro de Apoio no Programa "Domingo Espetacular" onde abordou o trabalho desenvolvido bem como entrevistas com pessoas que utilizaram o serviço. A reportagem está disponível no link abaixo. (<https://workplace.m.facebook.com/groups/390402021433962?view=permalink&id=673929819747846>).

Eventos –

No dia **26/04/2019** realizamos o 1º. Encontro de Formação sobre o tema "**Garantir Direitos e Prevenir Violência contra Pessoas com Deficiência**" no Auditório "André Franco Montoro" no Pátio do Colégio. Além da equipe do Centro de Apoio Técnico e da 1ª. Delegacia da Pessoa com Deficiência, contou também com a participação de Daniela Skromov de Albuquerque, do núcleo Especializado da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Neste evento, compareceram 90 profissionais das áreas de justiça, assistência social, saúde dentre outras.

Encontro de Formação



**GARANTIR DIREITOS E
PREVENIR A VIOLÊNCIA
CONTRA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Data: 26/04/2019
Horário: 09h às 12h

Local: Auditório "André Franco Montoro"
Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

Endereço: Largo Páteo do Colégio, 184
Centro - São Paulo, SP

Inscrições pelo e-mail: centrodeapoiiodppd@apaesp.org.br
Informar: nome, telefone e órgão que atua.
Será concedido certificado

Realização:  Apoio:  



27/06 O mês de junho foi dedicado à preparação do segundo Encontro de formação "Saúde da Pessoa com Deficiência: Diretrizes e Garantia de Direitos", atividade prevista no plano de trabalho. Para a realização desse evento a equipe se mobilizou na elaboração dos conteúdos, preparação de listas de presença, programação, convites e divulgação. Além disso, fez contatos com possíveis palestrantes e realizou reuniões com os mesmos para alinhar conteúdo e sanar dúvidas. Dessa forma, em **27/06** realizamos o evento e contamos com 58 participantes.

II Encontro de Formação

Centro de Apoio Técnico - da 1a. Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência
- APAE DE SÃO PAULO -

Saúde de Pessoas com Deficiência: Diretrizes e Garantia de Direitos



Data: 27/06

Horário: 10:00h às 13:30h

Local: Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

Auditório André Franco Montoro

Endereço: Pátio do Colégio, 184, Centro - São Paulo, SP

Inscrições: <https://forms.gle/HDC7Sf8XnMSSfgXP8>

Será concedido certificado

Realização:



Apoio:





O mês de Setembro foi marcado por atividades em todo o país sobre os direitos da comunidade surda, especialmente o dia **26/09** que foi o Dia Nacional do Surdo. A equipe do Centro de Apoio Técnico/APAE DE SÃO PAULO desenvolveu palestras em 6 escolas bilíngues nas quais os estudantes surdos receberam informações sobre prevenção à violência. Estas atividades de formação alcançaram um público de 262 pessoas, entre professores e alunos. Abaixo estão as datas e as escolas que foram contempladas:

14/09 – EMEBS Anne Sulivan; **16/09** EMEBS Lucie Bray; **18/09** EMEBS Vera Lucia Aparecida Ribeiro; **23/09** e **27/09** EMEBS Helen Keller; **24/09** Escola Municipal Bilingue Surdos Mario Pereira Bicudo; **25/09** Instituto Santa Terezinha - Escola Bilingue para Surdos.

Seminário “Autonomia: Nada sobre nós, sem nós”

Durante o mês de novembro a equipe esteve voltada, principalmente, à preparação do Seminário. Foram realizadas reuniões para discussão da programação, conteúdo e palestrantes. Elaboramos a programação, convites bem como divulgamos o evento aos profissionais da rede de defesa e garantia de direitos.

A realização do Seminário se deu no dia 28/11, no auditório da APAE DE SÃO PAULO. Neste Seminário tivemos 99 pessoas inscritas e contou com 59 participantes. Toda a equipe esteve presente no evento, onde, além de trabalhar para garantir a realização do mesmo, também participou das palestras, o que contribuiu para a formação da equipe.

A palestrante Anahí Guedes (Cientista Social) abordou aspectos como capacitismo, noção de corponormatividade, a necessidade de qualificar e problematizar o debate sobre capacitismo no Brasil, interseccionar os debates, deficiência e capacidade, autonomia, dentre outros. Além disso, trouxe para o debate palestrantes como Leticia Soares, jovem cineasta, fotógrafa e editora de vídeos do canal *Aspie Aventura* e Vitória de Rosa, Jovem aprendiz no Foro Regional de Jabaquara que discutiram sobre suas experiências pessoais e falaram sobre a questão de autonomia da pessoa com deficiência. Ainda para contar suas experiências, tivemos Claudia Sofia, representante da associação de surdocegos e Silvia Sabanovaite, Secretária Adjunta da Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência.

O fechamento do Seminário se deu com a fala de Marinalva Cruz, Secretária Adjunta da Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

SEMINÁRIO 28/11/2019



**Autonomia:
Nada sobre nós, sem nós.**

08:00 – Credenciamento e Café de “Boas Vindas”
08:30 – Mesa de abertura

- Daniela Mendes - Superintendente Geral do Instituto Jô Clemente.
- Cleyton Borges - Supervisor do Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência de São Paulo.
- Dra. Maria Valéria Pereira Novaes de Paula Santos - Delegada Titular da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência de São Paulo.
- Sra. Célia Leão - Secretária da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Sra. Marinalva Cruz - Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

09:00 – Anahí Guedes de Melo - Cientista social, Mestre e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

10:30 – Intervalo

10:40 – Silvia Sabanovalte - Assessora Técnica na Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

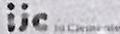
11:00 – Leticia Soares - Cineasta, Fotógrafa, Editora de vídeos e Youtuber no Canal Aspie Aventura.

11:20 – Vitória de Rosa - Jovem aprendiz no Cejusc do Foro Regional Jabaquara e atua no Programa de Autodefensoria

11:40 – Claudia Sofia - Representante da associação de surdocegos Abrasq, vice-presidente do grupo Brasil de apoio ao surdocego, deficiente múltiplo sensorial e coordenadora do curso de formação de guia-intérpretes.

12:00 – Ana Rita de Paula - Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP).

13:00 – Encerramento.

Realização:  Apoio:   





Além dos eventos propostos no projeto também realizamos formações na ACADEPOL nos dias 12 e 19 de junho

Acompanhamento de casos

No ano de 2019, **312 (trezentos e dois)** casos foram acompanhados. Tais acompanhamentos ocorreram via contatos telefônicos, mensagens por aplicativo e e-mails com objetivo de obter informações e esclarecimentos necessários sobre o andamento dos mesmos.

Atenciosamente,

Cleyton Wenceslau Borges

Supervisor Operacional - Centro de Apoio Técnico
Instituto Jô Clemente

Juliana d'Avila Delfino

Pesquisadora Social - Centro de Apoio Técnico
Instituto Jô Clemente

GRÁFICOS E TABELAS RELATIVOS AOS ATENDIMENTOS NO ANO DE 2019

Conforme mencionado anteriormente, no período a que se refere este relatório, foram realizados **2318** (dois mil trezentos e dezoito) atendimentos na 1ª. DPPD a 2030 (duas mil e trinta) pessoas. Com relação àquelas com deficiência, neste período compareceram **1366** (hum mil trezentos e sessenta e seis). Portanto, os gráficos e as tabelas a seguir referem-se ao número de pessoas com deficiência que procurou a 1ª. DPPD no ano de 2019, ou seja, **1366** (hum mil trezentos sessenta e seis) pessoas.

GRÁFICO 1 – Número de pessoas com deficiência – Ano 2019

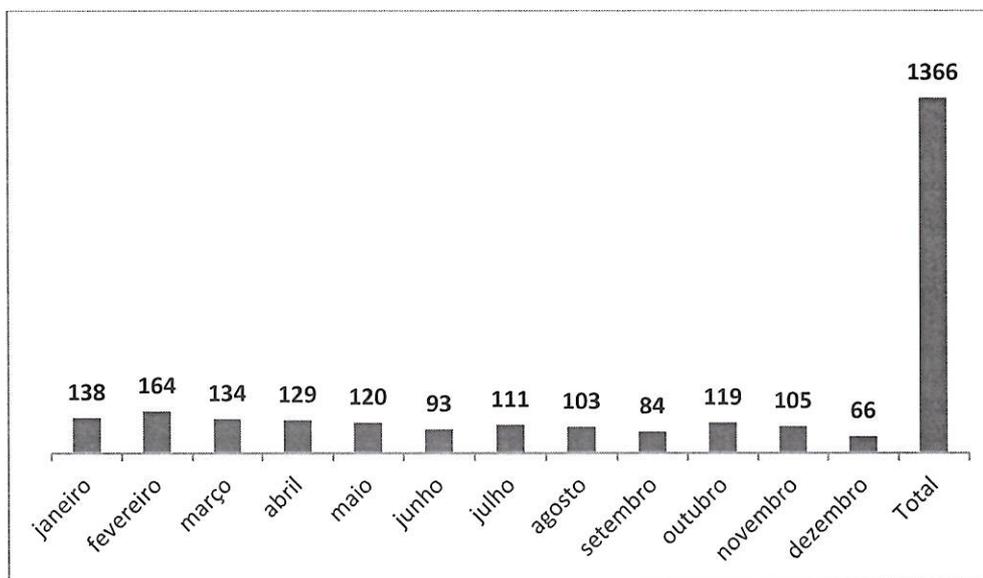
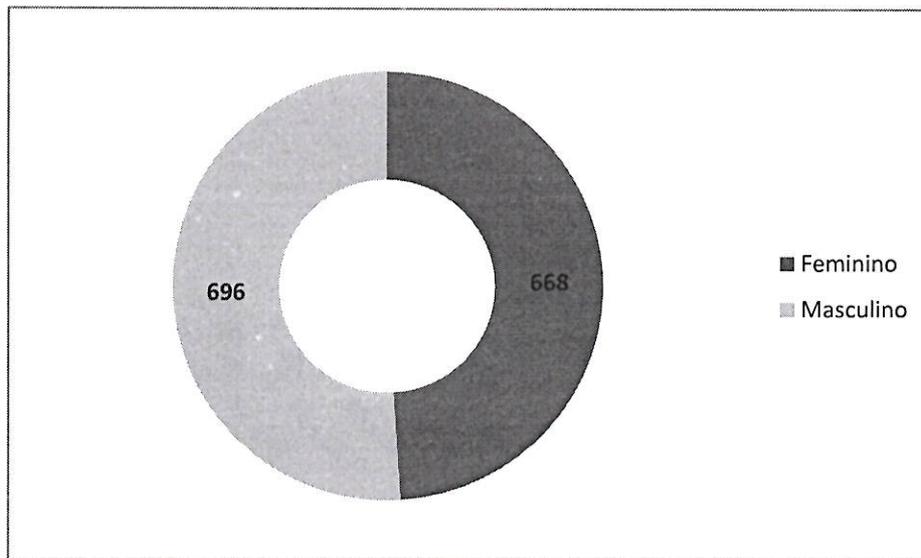
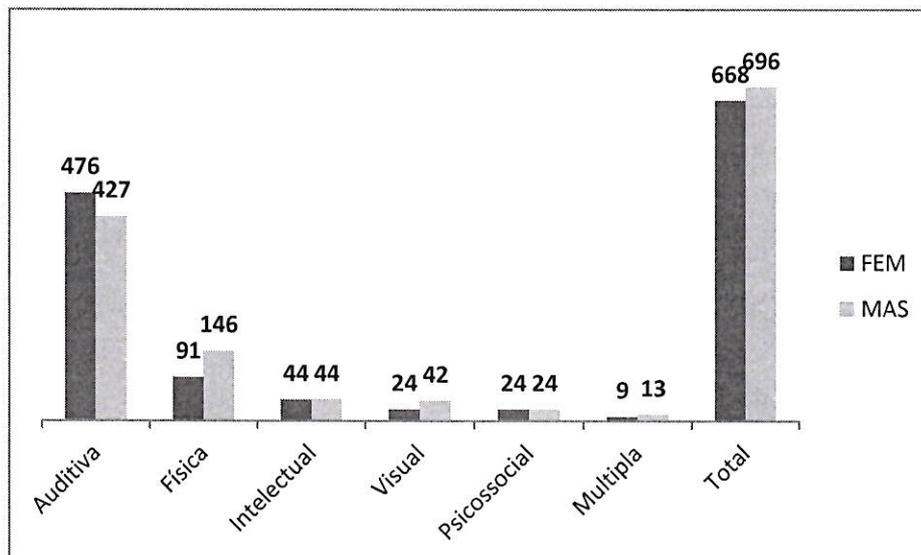


GRÁFICO 2 – Número de pessoas com deficiência, segundo sexo – Ano 2019



* 02 casos não informados

GRÁFICO 3 – Número de pessoas com deficiência, segundo deficiência e sexo – Ano 2019



* 02 casos não informados

GRÁFICO 4 - Número de pessoas com deficiência, segundo faixa etária – Ano 2019

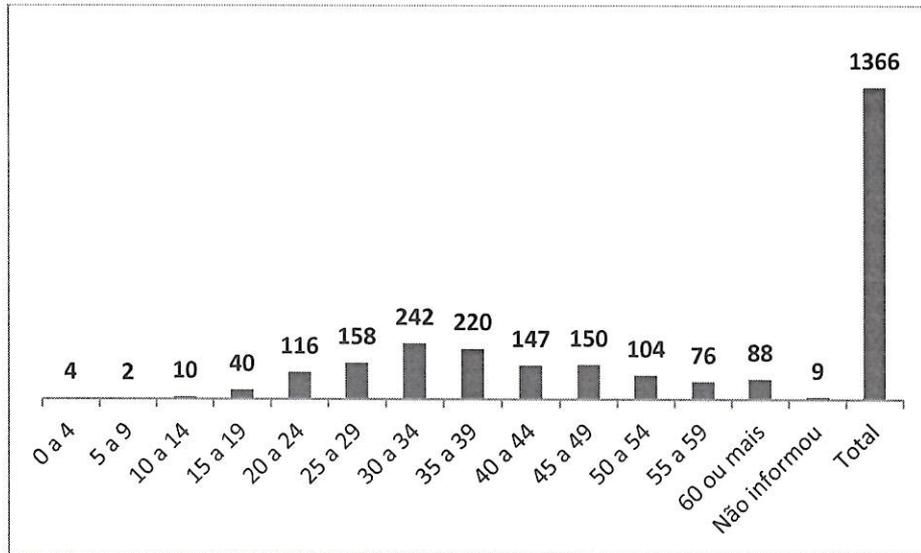


GRÁFICO 5 – Número de pessoas com deficiência, segundo escolaridade – Ano 2019

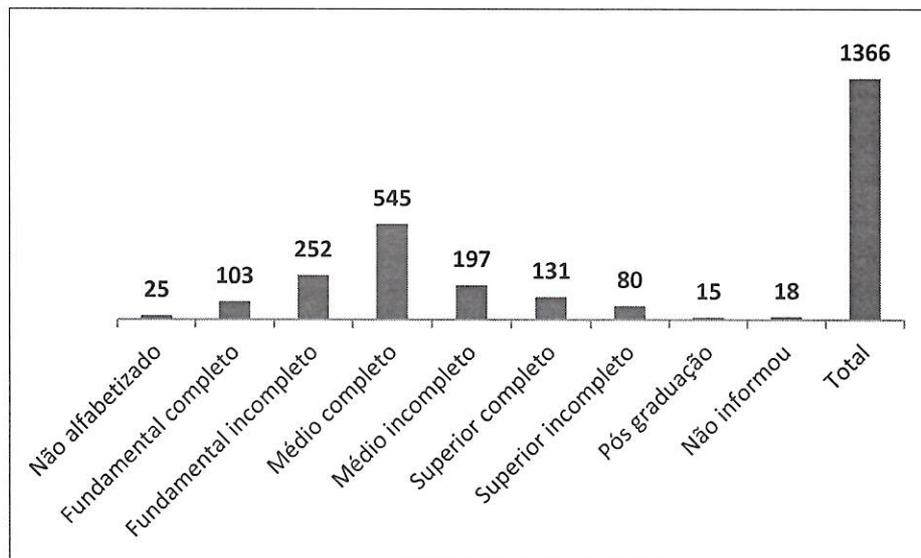
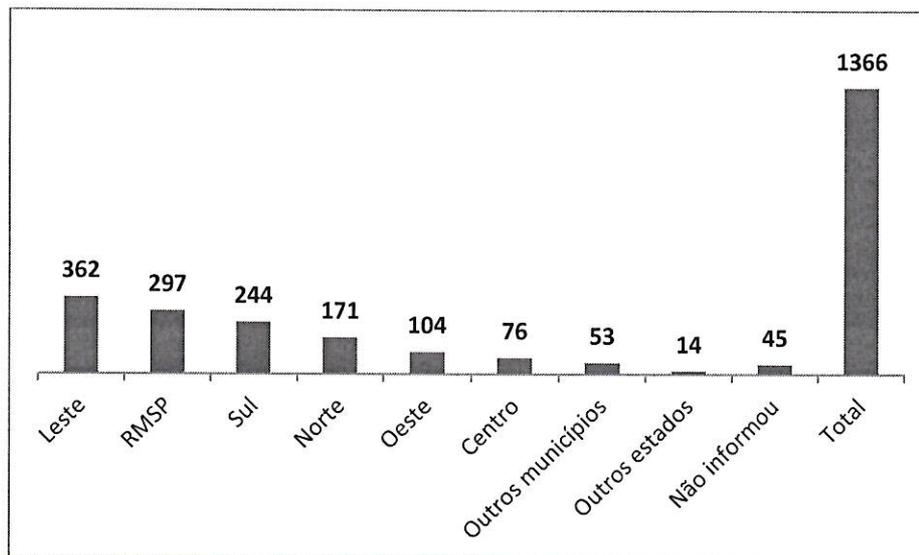


GRÁFICO 6 – Número de pessoas com deficiência, segundo região de domicílio – Ano 2019





ANEXO RP-14 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO PÚBLICO: Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo
CNPJ: 60.502.242/0001-05
ENDEREÇO E CEP: Rua Loefgreen N° 2109 - Cjta Clementino São Paulo - SP - CEP:
RESPONSÁVEL(IS) PELA OSC: Daniela Machado Mendes
CPF: 150.884.378-38
OBJETO DA PARCERIA: Implementação do Programa Inclusão da Pessoa com Deficiência com vistas a executar as atividades do Centro de Apoio Técnico-CAT da 1 DPPD.
EXERCÍCIO: 2019
ORIGEM DOS RECURSOS (1): Estadual

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR - R\$
Termo de Colaboração/Fomento n°: 519159/2018	03/12/2018	60 Meses	R\$ 5.601.106,95
Adiamento n°	-	-	-
Adiamento n°	-	-	-

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
15/01/2019	91.472,00	18/02/2019	201.902.150.030.224	91.472,00
15/02/2019	91.472,00	18/03/2019	201.903.150.042.547	91.472,00
15/03/2019	91.472,00	15/04/2019	201.904.120.065.871	91.472,00
15/04/2019	91.472,00	20/05/2019	201.905.170.056.890	91.472,00
15/05/2019	91.472,00	15/07/2019	201.907.120.066.997	91.472,00
15/06/2019	91.472,00	12/08/2019	201.908.090.050.473	91.472,00
15/07/2019	91.472,00	26/08/2019	201.908.230.036.441	91.472,00
15/08/2019	91.472,00	30/09/2019	201.909.270.051.849	91.472,00
15/09/2019	91.472,00	14/10/2019	201.910.110.039.251	91.472,00
15/10/2019	91.472,00	20/12/2019	201.912.200.058.252	91.472,00
15/11/2019	91.472,00	02/03/2020	202.002.280.045.068	-
15/12/2019	91.472,00	02/03/2020	202.002.280.045.068	-
(A) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				91.472,00
(B) REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				914.720,00
(C) RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				2.577,56
(D) OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE (3)				76.573,28
(E) TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS (A + B + C + D)				1.085.342,82
(F) RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE PARCEIRA				-
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO (E + F)				1.085.342,82

(1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício.

(3) Receitas com estacionamento, aluguéis, entre outras (reembolso de tarifas e transferências)

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2019 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO				
ORIGEM DOS RECURSOS (4): Estadual				
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)	632.674,01	52.359,10	632.674,01	25.737,27
Recursos humanos (6)	23.901,79	-	23.901,79	156,43
Medicamentos	-	-	-	-
Material médico e hospitalar (*)	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	-	-	-	-
Gêneros alimentícios	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	24.325,14	-	24.325,14	777,60
Serviços médicos (*)	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	-	-	-	-
Locação de imóveis	-	-	-	-
Locações diversas	-	-	-	-
Utilidades públicas (7)	-	-	-	-
Combustível	-	-	-	-
Bens e materiais permanentes	1.998,40	-	1.998,40	-
Obras	-	-	-	-
Despesas financeiras e bancárias	3.513,57	-	3.513,57	-
Outras despesas (transferência entre contas com devolução)	70.000,00	-	70.000,00	-
TOTAL	756.412,91	52.359,10	756.412,91	26.671,30

(Handwritten signatures)

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens.
(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEQUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

(*) Apenas para entidades da área da Saúde.

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	1.085.342,82
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	808.772,01
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	276.570,81
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	-
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	276.570,81

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

São Paulo, 15 de Abril de 2020

Daniela Machado Mendes
Superintendente Geral

Antônio Carlo Pinto
Contador

Halton Oliveira Mendes Junior
Gerente Administrativo/Financeiro

Antônio Carlos Pinto
Contador
CRC: 1sp171851/O-0
IJC - Instituto Jó Clemente





Contratos de Prestação de Serviço - Pessoa Jurídica
Centro de Apoio Técnico - 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - UC CNPJ: 60.502.242/0001-02
Exercício 2019

Prestador	CNPJ	Objeto	Vigência		Aditivo	Valor Pago no Exercício (2019)	Condições de Pagamento	Observações
			Início	Fim				
SPTAIS - Desenvolvimento de Softwares LTDA	18.033.552/0001-61	* Outorga de licença pela 99 à LICENCIADA para a utilização do Sistema 99, que consiste em uma ferramenta para contratação de Prestação de Serviço de Transporte de passageiros por TÁXI...	03/04/2017	03/04/2021	X	R\$ -	Nota Fiscal	Critério de rateio em definição
Control ID Indústria Comercio de Hardware e Serviços de Tecnologia LTDA	08.238.299/0001-29	* ... Prestação de Serviços de Manutenção e Suporte Técnico de Equipamento (s) da marca Control ID pela CONTRATADA à CONTRATANTE visando maximizar/otimizar a utilização do (s) Equipamento (s) com a redução dos riscos de paradas não programadas.*	05/04/2019	05/04/2020	X	R\$ 300,00	Nota Fiscal	Adiamento em andamento
Small Com E Serv De Máquinas Ltda	69.064.053/0001-72	Locação do equipamento - 01 Multifuncional Samsung SL M4070 - 40PPM (nr de série BQAL6002MMV)	26/06/2019	-	X	R\$ -	Fatura	Adiamento em andamento / Critério de rateio em definição
Educlibras Treinamento e Desenvolvimento do Idioma de Libras LTDA - EPP	09.475.334/0001-86	* ... Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao português e vice-versa nos encontros de formação e seminários realizados pelo Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.*	26/04/2019	26/04/2021	X	R\$ 3.040,00	Nota Fiscal	-

PG

070

RB

13

CONCILIAÇÃO DE SALDO BANCÁRIO - Agência 0303-4 / Conta Corrente 45178-9
 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência - Centro de Apoio Técnico
 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - IJC

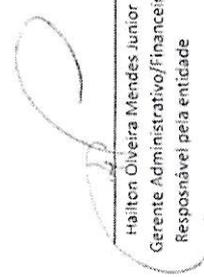
DATA	Nº NF	DESTINATÁRIO	DOC. BANCÁRIO	ENTRADA	RESGATES	SAÍDA	SALDO
01/12/2019	-	Saldo Inicial	-	-	-	R\$0,00	R\$0,00
02/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Juliana D'Ávila Delfino - 13º Salário 1ª Parcela	120.201	-	-	R\$2.108,65	R\$2.108,65
02/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Kelen Cristina - 13º Salário 1ª Parcela	120.202	-	-	R\$2.894,11	R\$4.998,76
02/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - William Felix da Silva - 13º Salário 1ª Parcela	120.203	-	-	R\$5.555,46	R\$10.554,22
02/12/2019	-	BB RF- CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$5.555,46	-	R\$5.000,00
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Cleiton Wenceslau - Salário 11/2019	120.501	-	-	R\$4.280,00	R\$9.280,00
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Daniela Batista - Salário 11/2019	120.502	-	-	R\$2.933,82	R\$12.213,82
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Deisiana Campos - Salário 11/2019	120.503	-	-	R\$2.607,08	R\$14.820,90
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Fernando de Paula - Salário 11/2019	120.504	-	-	R\$1.805,57	R\$16.626,47
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Greicy Kelly - Salário 11/2019	120.505	-	-	R\$3.766,20	R\$20.392,27
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Ivaniê dos Santos - Salário 11/2019	120.506	-	-	R\$3.570,80	R\$23.963,07
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Juliana D'Ávila - Salário 11/2019	120.507	-	-	R\$2.864,55	R\$26.827,62
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Katia Carolina - Salário 11/2019	120.508	-	-	R\$1.048,60	R\$27.876,22
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Kelen Cristina - Salário 11/2019	120.509	-	-	R\$4.454,85	R\$32.331,07
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Maria Sebastiana - Salário 11/2019	120.510	-	-	R\$2.386,24	R\$34.717,31
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Regiane Santos - Salário 11/2019	120.511	-	-	R\$1.038,27	R\$35.755,58
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Saulo de Tarso - Salário 11/2019	120.512	-	-	R\$41,80	R\$35.807,38
05/12/2019	-	TED Transf. Eletr. Disponiv. - William Felix da Silva - Salário 11/2019	120.513	-	-	R\$1.478,68	R\$37.286,06
05/12/2019	Fatura 12894	TED Transf. Eletr. Disponiv. - Orleans Tour - Orleans Viagens e Turismo - LTDA	120.514	-	-	R\$1.744,55	R\$39.030,61
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.726	-	-	R\$10,45	R\$39.041,06
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.727	-	-	R\$10,45	R\$39.051,51
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.728	-	-	R\$10,45	R\$39.061,96
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.729	-	-	R\$10,45	R\$39.072,41
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.730	-	-	R\$10,45	R\$39.082,86
05/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.391.200.232.731	-	-	R\$10,45	R\$39.093,31
05/12/2019	-	BB RF- CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$36.117,27	-	R\$3.000,00
06/12/2019	-	Transferência enviada - Anahi Guedes RPA	551.453.000.030.848	-	-	R\$600,60	R\$2.400,00
06/12/2019	-	Impostos - ISS RPA Anahi Guedes	120.601	-	-	R\$73,40	R\$2.473,40
06/12/2019	-	BB RF- CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$676,00	-	R\$1.800,00
09/12/2019	218530	Pagamento de Boleto - ControlID	120.901	-	-	R\$150,00	R\$1.650,00
09/12/2019	-	BB RF- CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$150,00	-	R\$1.500,00

DATA	Nº NF	DESTINATÁRIO	DOC. BANCÁRIO	ENTRADA	RESGATES	SAÍDA	SALDO
11/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Maria Sebastiana	121.101	-	-	R\$1.052,24	R\$1.052,24
11/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.451.200.363.953	-	-	R\$10,00	R\$1.062,24
11/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$1.062,69	-	R\$0,00
13/12/2019	5500	Transferência enviada - Educabras Treinamento	556.801.000.006.174	-	-	R\$800,00	R\$800,00
13/12/2019	2128	Pagamento de Boleto - RT Comercio de Locação de Eq. Audiovisuais	121.301	-	-	R\$1.350,00	R\$1.350,00
13/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$1.150,00	-	R\$0,00
16/12/2019	1858235	Pagamento de Boleto - Impakto Higiene Limpeza e Desc.	121.601	-	-	R\$376,40	R\$376,40
16/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$376,40	-	R\$0,00
18/12/2019	-	TED Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - Reembolso de Despesas - Benefícios e Encargos - Outubro 2019	121.801	-	-	R\$17.478,88	R\$17.478,88
18/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Saulo de Tarso	121.802	-	-	R\$648,08	R\$13.027,96
18/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.521.200.482.179	-	-	R\$10,47	R\$13.038,43
18/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.521.200.482.180	-	-	R\$10,47	R\$13.048,90
18/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$13.048,86	-	R\$0,00
19/12/2019	300775	Pagamento de Boleto - Uniar Com. De El. E serviços LTDA	121.901	-	-	R\$3.699,00	R\$3.699,00
19/12/2019	127081	Pagamento de Boleto - Officer S.A. Distr. De Prod. De Tecnologia	121.902	-	-	R\$3.728,40	R\$6.427,40
19/12/2019	127081	Pagamento de Boleto - Officer S.A. Distr. De Prod. De Tecnologia	121.903	-	-	R\$3.728,30	R\$10.155,70
19/12/2019	127081	Pagamento de Boleto - Officer S.A. Distr. De Prod. De Tecnologia	121.904	-	-	R\$3.728,30	R\$14.284,00
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Cleyton Wenceslau	121.905	-	-	R\$1.927,66	R\$16.211,66
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Daniela Batista	121.906	-	-	R\$1.700,07	R\$17.911,63
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Deisiana Campos	121.907	-	-	R\$692,41	R\$18.604,04
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Fernando	121.908	-	-	R\$1.543,76	R\$20.147,80
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Greicy Kelly	121.909	-	-	R\$1.161,47	R\$21.509,27
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Ivanildes	121.910	-	-	R\$1.449,97	R\$23.059,24
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Katia Carolina	121.911	-	-	R\$302,80	R\$23.362,04
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Kelen Cristina	121.912	-	-	R\$1.100,29	R\$24.462,33
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Maria Sebastiana	121.913	-	-	R\$1.461,22	R\$25.923,55
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Regiane Santos	121.914	-	-	R\$567,44	R\$26.491,00
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - William Felix da Silva	121.915	-	-	R\$193,47	R\$26.684,47
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Juliana D'Avila Delfino	121.916	-	-	R\$1.464,98	R\$28.149,45
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Deisiana Campos - Férias	121.917	-	-	R\$4.585,11	R\$32.734,56
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - Saulo de Tarso - Férias	121.918	-	-	R\$7.087,91	R\$39.822,47
19/12/2019	-	TED Transf.Eletr.Disponiv - William Felix da Silva - Férias	121.919	-	-	R\$20,62	R\$39.843,09

Handwritten signature or initials.

DATA	Nº NF	DESTINATÁRIO	DOC. BANCÁRIO	ENTRADA	RESGATES	SAIDA	SALDO
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.045	-	-	R\$10,45	R\$36.381,34
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.046	-	-	R\$10,45	R\$36.391,79
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.047	-	-	R\$10,45	R\$36.402,24
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.048	-	-	R\$10,45	R\$36.412,69
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.049	-	-	R\$10,45	R\$36.423,14
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.050	-	-	R\$10,45	R\$36.433,59
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.051	-	-	R\$10,45	R\$36.444,04
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.052	-	-	R\$10,45	R\$36.454,49
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.053	-	-	R\$10,45	R\$36.464,94
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.054	-	-	R\$10,45	R\$36.475,39
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.055	-	-	R\$10,45	R\$36.485,84
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.056	-	-	R\$10,45	R\$36.496,29
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.057	-	-	R\$10,45	R\$36.506,74
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.058	-	-	R\$10,45	R\$36.517,19
19/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	823.531.200.119.059	-	-	R\$10,45	R\$36.527,64
19/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$36.527,64	-	R\$0,00
20/12/2019	-	Ordem Bancária - SP-SEC DA FAZENDA - Repasse Ref. A Outubro 2019	201.912.200.058.252	R\$91.472,00	-	-	R\$91.472,00
20/12/2019	8	Pagamento de Boioto - Thiago Araujo	122.001	-	-	R\$908,40	R\$90.563,60
20/12/2019	-	Tarifa Pacote de Serviços	883.541.000.470.532	-	-	R\$116,54	R\$90.447,06
20/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Saída para Aplicação	5	-	-	R\$90.428,10	R\$0,00
24/12/2019	-	TED Transf Eletr. Disponiv - Daniela Batista - Férias	122.401	-	-	R\$5.391,74	R\$5.391,74
24/12/2019	-	Tarifa DOC/TED Eletrônico	813.580.700.076.311	-	-	R\$10,45	R\$5.402,19
24/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Resgate Aplicação	5	-	R\$5.402,19	-	R\$0,00
26/12/2019	-	Deposito Online - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo	78.311.074.600.114	R\$400,00	-	-	R\$400,00
26/12/2019	-	BB RF CP Aut Empresa - Saída para Aplicação	5	-	-	R\$400,00	R\$0,00
31/12/2019	-	Saldo Final	-	-	-	R\$0,00	R\$0,00

São Paulo, 31 de dezembro de 2019



Hailton Oliveira Mendes Junior
Gerente Administrativo/financeiro
Responsável pela entidade

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
Ativo					
1000	1	ATIVO	76.802.096,83	5.944.468,36	82.746.565,19
1001	1.1	ATIVO CIRCULANTE	14.403.161,53	6.035.886,84	20.439.048,37
1002	1.1.1	DISPONIVEL	4.980.312,76	796.707,41	5.777.020,17
1003	1.1.1.1	CAIXAS	11.797,01	14.735,60	26.532,61
1004	1.1.1.1.1	CAIXAS (SEM RESTRICAO)	11.797,01	14.735,60	26.532,61
1005	1.1.1.1.1.0001	CENTRAL	407,25	4.626,35	5.033,60
1007	1.1.1.1.1.0003	ADMINISTRATIVO	5.624,76	9.709,25	15.334,01
1008	1.1.1.1.1.0004	DEPARTAMENTO PESSOAL	3.000,00	0,00	3.000,00
1012	1.1.1.1.1.0008	COZINHA FENIL	465,00	0,00	465,00
1013	1.1.1.1.1.0009	SUPERINTENDÊNCIA	800,00	0,00	800,00
1015	1.1.1.1.1.0011	FUNDO FIXO - COMERCIAL	1.000,00	0,00	1.000,00
1266	1.1.1.1.1.0015	FUNDO FIXO - SUPERINDENTENCIA	500,00	0,00	500,00
1290	1.1.1.1.1.0016	FUNDO FIXO - VOLUNTARIADO	0,00	400,00	400,00
1017	1.1.1.2	BANCOS CONTAS MOVIMENTO	631.444,36	569.905,95	1.201.350,31
1018	1.1.1.2.1	BANCOS CONTAS MOVIMENTO (SEM RESTRICAO)	193.206,07	514.666,40	707.872,47
1019	1.1.1.2.1.0001	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 000.077-9	133.221,02	-11.366,36	121.854,66
1020	1.1.1.2.1.0002	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 000.130-6	23.139,93	50.904,20	74.044,13
1021	1.1.1.2.1.0003	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 066.700-7	3.112,86	705,01	3.817,87
1022	1.1.1.2.1.0004	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 013.505-4	377,18	2.751,33	3.128,51
1023	1.1.1.2.1.0005	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.050-9	1,00	0,00	1,00
1025	1.1.1.2.1.0007	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 125.800-1	1,00	0,00	1,00
1026	1.1.1.2.1.0008	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.051-7	1,00	54,15	55,15
1028	1.1.1.2.1.0010	BRASIL S/A - AG 3344-8 - C/C 212.058-5	10.593,77	-9.258,18	1.335,59
1029	1.1.1.2.1.0011	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 117.173-9	0,00	0,00	0,00
1030	1.1.1.2.1.0012	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 115.294-7	0,00	0,00	0,00
1031	1.1.1.2.1.0013	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 115.048-0	22.048,22	478.272,05	500.320,27
1034	1.1.1.2.1.0016	CEF AG 0240 OP 003 C/C 0033-7	709,09	2.604,20	3.313,29
1191	1.1.1.2.1.0017	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.072-0	1,00	0,00	1,00
1035	1.1.1.2.2	BANCOS CONTAS MOVIMENTO (COM RESTRICAO)	438.238,29	55.239,55	493.477,84
1036	1.1.1.2.2.0001	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 008.753-7	268,04	97.655,46	97.923,50
1038	1.1.1.2.2.0003	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.075-4	1,00	54,15	55,15
1044	1.1.1.2.2.0009	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.057-6	52,00	3,15	55,15
1047	1.1.1.2.2.0012	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.059-2	1,00	54,15	55,15
1276	1.1.1.2.2.0014	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.856-7	19.759,11	17.748,06	37.507,17
1197	1.1.1.2.2.0016	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 125.801-X	0,00	0,00	0,00
1198	1.1.1.2.2.0017	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 125.802-8	0,00	0,00	0,00
1211	1.1.1.2.2.0021	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 126.116-9	0,00	0,00	0,00
1214	1.1.1.2.2.0022	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 126.444-3	0,00	0,00	0,00
1223	1.1.1.2.2.0024	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 126.894-5	0,00	0,00	0,00
1226	1.1.1.2.2.0025	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.070-3	0,00	196,05	196,05
1232	1.1.1.2.2.0030	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.500-3	0,00	0,00	0,00
1234	1.1.1.2.2.0031	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 227.648-8	0,00	0,00	0,00

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1236	1.1.1.2.2.0032	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.649-2	0,00	0,00	0,00
1242	1.1.1.2.2.0034	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.701-4	0,00	0,01	0,01
1246	1.1.1.2.2.0036	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 35.511-6	39.117,18	-39.117,18	0,00
1257	1.1.1.2.2.0041	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.979-3	0,00	0,00	0,00
1267	1.1.1.2.2.0042	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 128.597-1	0,00	0,00	0,00
1269	1.1.1.2.2.0044	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 128.596-3	0,00	0,00	0,00
1270	1.1.1.2.2.0045	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 128.598-X	0,00	52.180,55	52.180,55
1273	1.1.1.2.2.0048	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.834-6	287.567,96	-114.773,42	172.794,54
1274	1.1.1.2.2.0049	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.841-9	0,00	0,00	0,00
1275	1.1.1.2.2.0050	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.842-7	0,00	132.709,57	132.709,57
1283	1.1.1.2.2.0053	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.167-3	0,00	0,00	0,00
1284	1.1.1.2.2.0054	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.165-7	0,00	0,00	0,00
1285	1.1.1.2.2.0055	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.168-1	0,00	0,00	0,00
1286	1.1.1.2.2.0056	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.178-9	91.472,00	-91.472,00	0,00
1292	1.1.1.2.2.0057	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.128-2	0,00	0,00	0,00
1297	1.1.1.2.2.0058	BRASIL S/A - AG 3055-4 - C/C 28.964-7	0,00	0,00	0,00
1304	1.1.1.2.2.0059	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.070-3	0,00	1,00	1,00
1305	1.1.1.2.2.0060	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.104-5	0,00	0,00	0,00
1307	1.1.1.2.2.0061	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.281-5	0,00	0,00	0,00
1310	1.1.1.2.2.0062	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.370-6	0,00	0,00	0,00
1315	1.1.1.2.2.0063	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.111-8	0,00	0,00	0,00
1317	1.1.1.2.2.0064	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.224-6	0,00	0,00	0,00
1319	1.1.1.2.2.0065	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.258-0	0,00	0,00	0,00
1323	1.1.1.2.2.0066	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.252-1	0,00	0,00	0,00
1326	1.1.1.2.2.0068	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 128.599-8	0,00	0,00	0,00
1049	1.1.1.3	APLICACOES DE LIQUEZ MEDATA	4.337.071,39	212.065,86	4.549.137,25
1050	1.1.1.3.1	APLICACOES FINANCEIRA (SEM RESTRICAO)	239.278,93	1.193.767,21	1.433.046,14
1051	1.1.1.3.1.0001	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 115.048-0	0,00	0,00	0,00
1053	1.1.1.3.1.0003	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.050-9	182.481,89	45.520,07	228.001,96
1055	1.1.1.3.1.0005	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 125.800-1	54.541,45	-41.573,53	12.967,92
1056	1.1.1.3.1.0006	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.051-7	221,49	-221,49	0,00
1057	1.1.1.3.1.0007	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 000.077-9	572,05	1.190.753,18	1.191.325,23
1192	1.1.1.3.1.0009	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 81.072-0	1.115,36	-719,97	395,39
1194	1.1.1.3.1.0010	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 115.294-7	319,56	8,39	327,95
1195	1.1.1.3.1.0011	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 117.173-9	27,13	0,56	27,69
1059	1.1.1.3.2	APLICACOES FINANCEIRA (COM RESTRICAO)	4.097.792,46	-981.701,35	3.116.091,11
1062	1.1.1.3.2.0003	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.057-6	21.414,60	-21.414,60	0,00
1064	1.1.1.3.2.0005	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.059-2	10.157,10	-10.157,10	0,00
1217	1.1.1.3.2.0015	BRADESCO S/A - AG 3392 - C/C 081.075-4	12.775,22	-12.775,22	0,00
1224	1.1.1.3.2.0017	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 126.894-5	20.237,99	989,04	21.227,03
1235	1.1.1.3.2.0019	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 227.648-8	0,00	0,00	0,00
1237	1.1.1.3.2.0020	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.649-2	1.967.962,19	96.989,34	2.064.951,53
1238	1.1.1.3.2.0021	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 031.887-4	0,00	0,00	0,00
1241	1.1.1.3.2.0022	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 35.437-4	0,00	0,00	0,00

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1243	1.1.1.3.2.0023	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.701-4	515.173,32	-514.994,45	178,87
1249	1.1.1.3.2.0025	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 35.511-6	0,00	0,00	0,00
1250	1.1.1.3.2.0026	ITAU S/A - AG 0066 - C/C 35.514-0	0,00	0,00	0,00
1254	1.1.1.3.2.0027	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.759-6	0,00	0,00	0,00
1255	1.1.1.3.2.0028	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.757-X	0,00	0,00	0,00
1256	1.1.1.3.2.0029	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.758-8	0,00	0,00	0,00
1258	1.1.1.3.2.0030	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 127.979-3	441.915,84	-441.863,57	52,27
1277	1.1.1.3.2.0031	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.834-6	18.134,05	-7.903,15	10.230,90
1280	1.1.1.3.2.0032	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.841-9	138.933,48	-84.987,94	53.945,54
1281	1.1.1.3.2.0033	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.842-7	219.579,91	-217.140,41	2.439,50
1282	1.1.1.3.2.0034	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 44.856-7	26.371,74	1.020,16	27.391,90
1287	1.1.1.3.2.0035	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.165-7	200.042,02	-200.042,02	0,00
1288	1.1.1.3.2.0036	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.167-3	200.042,02	-200.042,02	0,00
1289	1.1.1.3.2.0037	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.168-1	99.897,84	-99.897,84	0,00
1293	1.1.1.3.2.0038	BRASIL S/A - AG 0303-4 - C/C 45.128-2	205.155,14	-55.713,03	149.442,11
1298	1.1.1.3.2.0039	BRASIL S/A - AG 3055-4 - C/C 28.964-7	0,00	253,39	253,39
1306	1.1.1.3.2.0040	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.104-5	0,00	9.093,39	9.093,39
1308	1.1.1.3.2.0041	BRASIL S/A - AG. 0303-4 C/C 45.281-5	0,00	0,00	0,00
1311	1.1.1.3.2.0042	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.370-6	0,00	95.517,48	95.517,48
1314	1.1.1.3.2.0043	BRADESCO S/A - AG C/C 81070-3	0,00	14.012,34	14.012,34
1316	1.1.1.3.2.0044	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.111-8	0,00	901,69	901,69
1318	1.1.1.3.2.0045	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.224-6	0,00	338,85	338,85
1320	1.1.1.3.2.0046	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.258-0	0,00	235.432,86	235.432,86
1322	1.1.1.3.2.0047	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.178-9	0,00	276.570,81	276.570,81
1324	1.1.1.3.2.0048	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 45.252-1	0,00	61.438,34	61.438,34
1328	1.1.1.3.2.0050	BRASIL S/A - AG 0303-4 C/C 128.599-8	0,00	92.672,31	92.672,31
1070	1.1.2	CONTAS A RECEBER	7.095.027,68	-405.609,03	6.689.418,65
1071	1.1.2.1	CONTAS A RECEBER	7.095.027,68	-405.609,03	6.689.418,65
1072	1.1.2.1.1	CLIENTES	6.687.261,18	-594.208,73	6.093.052,45
1073	1.1.2.1.1.0001	CONVENIOS - PARTICULAR	1.247.235,56	-93.362,08	1.153.873,48
1074	1.1.2.1.1.0002	CONVENIOS - ORGAOS PUBLICOS	5.334.328,96	-622.857,02	4.711.471,94
1075	1.1.2.1.1.0003	CLIENTES - PROD ALIMENTICIOS	113.704,86	114.002,17	227.707,03
1076	1.1.2.1.1.0004	CLIENTES - BENEFICIAMENTOS	0,00	0,00	0,00
1077	1.1.2.1.1.0005	(-) ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-8.008,20	8.008,20	0,00
1078	1.1.2.1.2	CLIENTES - DIVERSOS	731.145,82	176.959,79	908.105,61
1079	1.1.2.1.2.0001	ATENDIMENTOS PARTICULARES	120.597,02	-19.954,25	100.642,77
1080	1.1.2.1.2.0002	CURSOS A RECEBER	118.995,10	131.270,14	250.265,24
1081	1.1.2.1.2.0003	BOLSAS CAPACITACAO A RECEBER	491.553,70	65.643,90	557.197,60
1082	1.1.2.1.3	CHEQUES PRE DATADOS	0,00	519,70	519,70
1083	1.1.2.1.3.0001	CHEQUES PRE DATADOS	0,00	519,70	519,70
1084	1.1.2.1.4	PROVISAO P/ CREDITOS LIQUID. DUVIDOSA	-323.379,32	11.120,21	-312.259,11
1085	1.1.2.1.4.0001	(-) PROVISAO CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	-323.379,32	11.120,21	-312.259,11
1086	1.1.3	OUTROS CREDITOS	1.430.393,23	1.033.280,65	2.463.673,88

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1087	1.1.3.1	OUTROS CREDITOS	1.430.393,23	1.033.280,65	2.463.673,88
1088	1.1.3.1.1	OUTRAS CONTAS A RECEBER	811.859,76	809.789,77	1.621.649,53
1089	1.1.3.1.1.0001	OUTROS CREDITOS A RECEBER	811.859,76	809.789,77	1.621.649,53
1090	1.1.3.1.2	CHEQUES EM COBRANCA	0,00	0,00	0,00
1091	1.1.3.1.2.0001	CHEQUES DEVOLVIDOS	0,00	0,00	0,00
1092	1.1.3.1.3	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	412.494,24	-122.689,53	289.804,71
1093	1.1.3.1.3.0001	ANTECIPACAO DE FERIAS	401.408,08	-111.603,37	289.804,71
1094	1.1.3.1.3.0002	ANTECIPACAO DE 13O. SALARIO	0,00	0,00	0,00
1095	1.1.3.1.3.0003	ANTECIPACAO DE QUITACOES/RESCISOES	0,00	0,00	0,00
1096	1.1.3.1.3.0004	ADIANT. FUNCIONARIOS	11.086,16	-11.086,16	0,00
1097	1.1.3.1.4	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	178.329,86	351.057,09	529.386,95
1098	1.1.3.1.4.0001	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	129.788,42	399.598,53	529.386,95
1099	1.1.3.1.4.0002	ADIANTAMENTO PARA DESPESAS	48.541,44	-48.541,44	0,00
1100	1.1.3.1.5	IMPOSTOS A RECUPERAR	27.709,37	-4.876,68	22.832,69
1101	1.1.3.1.5.0001	ICMS	0,00	0,00	0,00
1193	1.1.3.1.5.0002	PREMIOS DE SEGUROS/ASSINATURAS E ANUIDADE A APROPRIAR	27.709,37	-4.876,68	22.832,69
1102	1.1.4	ESTOQUES	356.769,81	812.813,95	1.169.583,76
1103	1.1.4.1	ESTOQUES DE MERCADORIAS	356.769,81	812.813,95	1.169.583,76
1104	1.1.4.1.1	PARA CONSUMO EM GERAL	159.021,54	41.924,44	200.945,98
1105	1.1.4.1.1.0001	IMPRESSOS E ESCRITORIO/AUDIOVISUAL - 10	118.165,79	41.524,49	159.690,28
1106	1.1.4.1.1.0002	DIDATICO E PEDAGOGICO - 11	0,00	0,00	0,00
1107	1.1.4.1.1.0003	ALIMENTACAO/CONSUMO - 12	9.251,56	2.637,61	11.889,17
1108	1.1.4.1.1.0004	SEGURANCA - 14	6.548,79	-398,85	6.149,94
1109	1.1.4.1.1.0005	HIGIENE E LIMPEZA - 15	14.633,75	-2.681,57	11.952,18
1110	1.1.4.1.1.0006	MANUTENCAO E CONSERVACAO - 16	1.777,77	425,47	2.203,24
1111	1.1.4.1.1.0007	SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - 17	945,26	-147,87	797,39
1112	1.1.4.1.1.0008	UTENSILIOS DE COZINHA - 24	3.441,15	565,16	4.006,31
1113	1.1.4.1.1.0009	UNIFORMES	4.257,47	0,00	4.257,47
1114	1.1.4.1.2	LABORATORIO	197.748,27	770.889,51	968.637,78
1115	1.1.4.1.2.0001	LABORATORIO NACIONAL - 13	147.661,94	9.169,61	156.831,55
1116	1.1.4.1.2.0002	LABORATORIO IMPORTADO - 18	50.086,33	761.719,90	811.806,23
1117	1.1.4.1.3	IMPORTACOES EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1118	1.1.4.1.3.0001	IMPORTACAO EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1119	1.1.4.1.4	ESTOQUES DE TERCEIROS	0,00	0,00	0,00
1120	1.1.4.1.4.0001	ESTOQUES DE TERCEIROS	0,00	0,00	0,00
1121	1.1.4.1.4.0002	(-) MERCADORIA DE 3s EM ESTOQUE	0,00	0,00	0,00
1122	1.1.5	REALIZACAO DE PROJETOS	540.658,05	3.798.693,86	4.339.351,91
1123	1.1.5.1	PROJETOS	540.658,05	3.798.693,86	4.339.351,91
1124	1.1.5.1.1	SUBVENCOES MUNICIPAIS/FEDERAIS	533.538,57	3.805.813,34	4.339.351,91
1212	1.1.5.1.1.0008	FUMCAD 018/2014	0,00	0,00	0,00
1218	1.1.5.1.1.0009	IMOBILIZADO - PROJETOS	0,00	5.710,00	5.710,00
1219	1.1.5.1.1.0010	FUMCAD 046/2014	83.231,27	0,00	83.231,27

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1220	1.1.5.1.1.0011	FUMCAD 047/2014	312.427,34	0,00	312.427,34
1222	1.1.5.1.1.0012	PROJETO CER	0,00	0,00	0,00
1244	1.1.5.1.1.0014	CONDECA - 467/2016	0,00	0,00	0,00
1259	1.1.5.1.1.0015	CONDECA - INSTITUTO	0,00	0,00	0,00
1260	1.1.5.1.1.0016	CONDECA - SÓCIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00
1261	1.1.5.1.1.0017	FUMCAD - TRABALHO	137.879,96	0,00	137.879,96
1262	1.1.5.1.1.0018	FUMCAD - DEFESA	0,00	0,00	0,00
1263	1.1.5.1.1.0019	FUMCAD - AMBULATÓRIO	0,00	369.762,06	369.762,06
1291	1.1.5.1.1.0020	DELEGACIA DE POLICIA DA PESSOA COM DEFICIENCIA	0,00	182.944,00	182.944,00
1294	1.1.5.1.1.0021	DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	0,00	0,00
1309	1.1.5.1.1.0022	FUMCAD - DEFENDENDO	0,00	805.329,97	805.329,97
1312	1.1.5.1.1.0023	EMENDA PARLAMENTAR SERGIO REIS	0,00	0,00	0,00
1313	1.1.5.1.1.0024	EMENDA PARLAMENTAR CAPITAO DERRITE	0,00	0,00	0,00
1329	1.1.5.1.1.0025	PROJ ENVELHECIMENTO E A DF. INTELLECTUAL PRC305/2018	0,00	752.212,37	752.212,37
1330	1.1.5.1.1.0026	PROJ DF. INTELLECTUAL CIDADANIA E PREV VIOLENCIA PRC1845/2018	0,00	233.589,24	233.589,24
1337	1.1.5.1.1.0028	EMENDA ESTADUAL - CONVÊNIO 141/2019	0,00	0,00	0,00
1338	1.1.5.1.1.0029	FUMCAD - TF 021/2019 - Estimulação e Habilitação Guainases	0,00	1.456.265,70	1.456.265,70
1128	1.1.5.1.2	PROJETOS PRIVADOS	7.119,48	-7.119,48	0,00
1129	1.1.5.1.2.0001	PROJETOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00
1228	1.1.5.1.2.0002	CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS- TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7.119,48	-7.119,48	0,00
1130	1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	7.509.158,49	-92.020,73	7.417.137,76
1131	1.2.1	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	96.242,67	3.354,35	99.597,02
1132	1.2.1.1	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	96.242,67	3.354,35	99.597,02
1133	1.2.1.1.1	PREMIOS DE SEGUROS	0,00	0,00	0,00
1134	1.2.1.1.1.0001	PREMIOS DE SEGUROS	0,00	0,00	0,00
1135	1.2.1.1.2	DEPOSITOS JUDICIAIS	26.589,00	3.354,35	29.943,35
1136	1.2.1.1.2.0001	TRABALHISTAS	26.589,00	0,00	26.589,00
1340	1.2.1.1.2.0002	DEPOSITO JUDICIAL (CIVIL)	0,00	3.354,35	3.354,35
1137	1.2.1.1.3	IMOVEIS DESTINADOS A VENDAS	69.653,67	0,00	69.653,67
1138	1.2.1.1.3.0001	IMOVEIS DESTINADOS A VENDAS	69.653,67	0,00	69.653,67
1207	1.2.1.1.4	OUTRAS CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	0,00
1208	1.2.1.1.4.0001	OUTRAS CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	0,00
1139	1.2.2	INVESTIMENTOS	1.565.138,29	-49.567,00	1.515.571,29
1140	1.2.2.1	INVESTIMENTOS	1.565.138,29	-49.567,00	1.515.571,29
1141	1.2.2.1.1	OUTROS INVESTIMENTOS	1.565.138,29	-49.567,00	1.515.571,29
1142	1.2.2.1.1.0001	OBRA DE ARTE	59.980,00	0,00	59.980,00
1143	1.2.2.1.1.0002	IMOVEIS DE RENDA	1.977.000,00	0,00	1.977.000,00
1144	1.2.2.1.1.0003	JOIAS	12.000,00	0,00	12.000,00

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1145	1.2.2.1.1.0004	(-)DEPRECIACAO IMOVEIS DE RENDA	-483.841,71	-49.567,00	-533.408,71
1146	1.2.3	IMOBILIZADO	5.432.369,26	108.516,79	5.540.886,05
1147	1.2.3.1	IMOBILIZADO	5.432.369,26	108.516,79	5.540.886,05
1148	1.2.3.1.1	BENS EM OPERACAO	7.153.800,39	1.156.742,55	8.310.542,94
1149	1.2.3.1.1.0001	MOVEIS E UTENSILIOS	2.032.735,40	444.496,71	2.477.232,11
1150	1.2.3.1.1.0002	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	1.900.068,92	183.086,73	2.083.155,65
1151	1.2.3.1.1.0003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS MEDICOS	866.175,97	231.903,13	1.098.079,10
1152	1.2.3.1.1.0004	COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.933.392,82	246.240,93	2.179.633,75
1153	1.2.3.1.1.0005	INSTRUMENTOS MUSICAIS	11.377,23	0,00	11.377,23
1154	1.2.3.1.1.0006	EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL	110.618,56	51.015,05	161.633,61
1155	1.2.3.1.1.0007	VEICULOS	299.431,49	0,00	299.431,49
1156	1.2.3.1.2	DEPRECIACAO ACUMULADA S/BENS EM OPERACAO	-5.445.613,22	-464.730,35	-5.910.343,57
1157	1.2.3.1.2.0001	DEPRECIACAO MOVEIS E UTENSILIOS	-1.534.700,36	-79.684,91	-1.614.385,27
1158	1.2.3.1.2.0002	DEPRECIACAO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	-1.357.255,74	-111.644,31	-1.468.900,05
1159	1.2.3.1.2.0003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS MEDICOS	-734.375,45	-40.518,12	-774.893,57
1160	1.2.3.1.2.0004	COMPUTADORES E PERIFERICOS	-1.513.142,55	-183.403,31	-1.696.545,86
1161	1.2.3.1.2.0005	INSTRUMENTOS MUSICAIS	-7.000,91	-708,78	-7.709,69
1162	1.2.3.1.2.0006	EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL	-77.892,28	-8.844,07	-86.736,35
1163	1.2.3.1.2.0007	VEICULOS	-221.245,93	-39.926,85	-261.172,78
1164	1.2.3.1.3	BENS IMOVEIS	12.287.186,01	0,00	12.287.186,01
1165	1.2.3.1.3.0001	EDIFICIOS	10.240.643,76	0,00	10.240.643,76
1166	1.2.3.1.3.0002	TERRENOS	404.800,00	0,00	404.800,00
1167	1.2.3.1.3.0003	INSTALACOES	534.255,75	0,00	534.255,75
1168	1.2.3.1.3.0004	BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	1.107.486,50	0,00	1.107.486,50
1169	1.2.3.1.4	DEPRECIACAO ACUMULADA S/BENS IMOVEIS	-8.563.003,92	-583.495,41	-9.146.499,33
1170	1.2.3.1.4.0001	EDIFICIOS	-7.749.697,78	-454.120,25	-8.203.818,03
1171	1.2.3.1.4.0002	INSTALACOES	-436.603,07	-28.273,61	-464.876,68
1172	1.2.3.1.4.0003	BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	-376.703,07	-101.101,55	-477.804,62
1295	1.2.3.1.5	IMOBILIZADO SUBVENÇÕES	0,00	0,00	0,00
1302	1.2.3.1.5.0002	MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	0,00	0,00
1303	1.2.3.1.5.0004	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	0,00	0,00	0,00
1173	1.2.4	INTANGIVEL	415.408,27	-154.324,87	261.083,40
1174	1.2.4.1	INTANGIVEL	415.408,27	-154.324,87	261.083,40
1175	1.2.4.1.1	BENS INTANGIVEIS	2.548.159,53	19.474,42	2.567.633,95
1176	1.2.4.1.1.0001	MARCAS E PATENTES	27.762,11	0,00	27.762,11
1177	1.2.4.1.1.0002	DIREITO DE USO DE SOFTWARES	2.520.397,42	19.474,42	2.539.871,84
1178	1.2.4.1.3	AMORTIZACAO S/BENS INTANGIVEIS	-2.132.751,26	-173.799,29	-2.306.550,55
1179	1.2.4.1.3.0001	DIREITO DE USO DE SOFTWARE	-2.111.068,25	-171.794,12	-2.282.862,37
1180	1.2.4.1.3.0002	MARCAS E PATENTES	-21.683,01	-2.005,17	-23.688,18
1332	1.2.5	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1333	1.2.5.1	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1334	1.2.5.1.1	BENS EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1335	1.2.5.1.1.0001	MÓVEIS E UTENSILIOS EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
1336	1.2.5.1.1.0002	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00
1181	1.3	CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS ATIVAS	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
1182	1.3.1	GRATUIDADE	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
1183	1.3.1.1	GRATUIDADE	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
1184	1.3.1.1.1	GRATUIDADE	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
1185	1.3.1.1.1.0001	PRESTACAO DE SERVICOS	30.040,50	0,00	30.040,50
1186	1.3.1.1.1.0002	MEDICAMENTOS PKU	1.246.477,84	0,00	1.246.477,84
1187	1.3.1.1.1.0003	ALIMENTOS	5.568,56	602,25	6.170,81
1188	1.3.1.1.1.0004	CUSTOS DOS ALUNOS	53.607.689,91	0,00	53.607.689,91
Passivo					
2000	2	PASSIVO	76.802.096,83	5.625.673,04	82.427.769,87
2001	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	7.682.486,53	5.651.126,19	13.333.612,72
2002	2.1.1	PASSIVO CIRCULANTE	7.682.486,53	5.651.126,19	13.333.612,72
2003	2.1.1.1	TITULOS E CONTAS A PAGAR	959.813,94	1.000.996,69	1.960.810,63
2004	2.1.1.1.1	FORNECEDORES	959.813,94	1.000.996,69	1.960.810,63
2005	2.1.1.1.1.0001	FORNECEDORES NACIONAIS	880.877,74	-282.054,52	598.823,22
2006	2.1.1.1.1.0002	FORNECEDORES ESTRANGEIROS	78.936,20	1.283.051,21	1.361.987,41
2007	2.1.1.1.2	FORNECEDORES - BENEFICIAMENTO	0,00	0,00	0,00
2008	2.1.1.1.2.0001	FORNECEDORES - BENEFICIAMENTO	0,00	0,00	0,00
2009	2.1.1.2	SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS	3.728.515,57	263.028,93	3.991.544,50
2010	2.1.1.2.1	OBRIGACOES COM PESSOAL	1.072.701,91	32.196,04	1.104.897,95
2011	2.1.1.2.1.0001	SALARIOS A PAGAR	965.663,27	49.259,35	1.014.922,62
2012	2.1.1.2.1.0002	FERIAS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
2013	2.1.1.2.1.0003	QUITACOES A PAGAR	797,97	6.591,26	7.389,23
2014	2.1.1.2.1.0004	PENSAO ALIMENTICIA	2.418,52	2.358,24	4.776,76
2015	2.1.1.2.1.0005	EMPRESTIMOS A FUNCIONARIOS	86.313,45	-8.504,11	77.809,34
2079	2.1.1.2.1.0006	BENEFICIOS A PAGAR	17.508,70	-17.508,70	0,00
2016	2.1.1.2.2	PROVISOES TRABALHISTAS	1.989.555,87	181.023,52	2.170.579,39
2017	2.1.1.2.2.0001	FERIAS	1.822.039,36	170.747,13	1.992.786,49
2018	2.1.1.2.2.0002	F.G.T.S. S/ FERIAS	145.948,56	11.916,48	157.865,04
2019	2.1.1.2.2.0003	130. SALARIO	0,00	0,00	0,00
2020	2.1.1.2.2.0004	F.G.T.S. S/ 130. SALARIO	0,00	0,00	0,00
2076	2.1.1.2.2.0005	PIS S/ FERIAS	21.567,95	-1.640,09	19.927,86
2077	2.1.1.2.2.0006	PIS S/ 130. SALARIO	0,00	0,00	0,00
2021	2.1.1.2.3	OBRIGACOES PREVIDENCIARIOS	666.257,79	49.809,37	716.067,16
2022	2.1.1.2.3.0001	I.N.S.S. A RECOLHER - FUNCIONARIOS	152.249,68	5.686,56	157.936,24
2023	2.1.1.2.3.0002	F.G.T.S.	195.799,18	835,26	196.634,44
2024	2.1.1.2.3.0003	P.I.S. DO MES	17.264,12	276,70	17.540,82
2025	2.1.1.2.3.0004	I.R.R.F. - COD. 0561	300.326,17	43.109,49	343.435,66
2026	2.1.1.2.3.0005	CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	0,00	0,00
2027	2.1.1.2.3.0006	ANUIDADE/MENSALIDADE SINDICAL	618,64	-98,64	520,00
2028	2.1.1.3	OBRIGACOES TRIBUTARIAS/ENCARGOS	22.944,24	-7.594,37	15.349,87
2029	2.1.1.3.1	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	22.944,24	-7.594,37	15.349,87

Antonio Carlos Pinto
 Contador
 CRC: 1sp171851/O-0
 IJC - Instituto Jô Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
2030	2.1.1.3.1.0001	I.R.R.F. - COD. 0588 / 3208	2.066,06	-1.270,81	795,25
2031	2.1.1.3.1.0002	I.R.R.F. - COD. 1708	4.054,45	-1.295,70	2.758,75
2032	2.1.1.3.1.0003	I.S.S / TAXAS MUNICIPAIS	3.060,88	-1.866,88	1.194,00
2033	2.1.1.3.1.0004	I.N.S.S.	95,00	-95,00	0,00
2034	2.1.1.3.1.0005	PIS/COFINS/CSLL S/ TERCEIROS	13.494,07	-3.976,63	9.517,44
2080	2.1.1.3.1.0006	ICMS A PAGAR	173,78	910,65	1.084,43
2035	2.1.1.4	CONTAS E OBRIGACOES A PAGAR	-96.628,00	173.972,00	77.344,00
2036	2.1.1.4.1	OBRIGAÇÕES A PAGAR	-96.628,00	173.972,00	77.344,00
2037	2.1.1.4.1.0001	SEGUROS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
2078	2.1.1.4.1.0002	PRODUTO FENIL	-98.308,00	172.422,00	74.114,00
2087	2.1.1.4.1.0003	LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	0,00	0,00	0,00
2097	2.1.1.4.1.0004	CESTA FENIL PONTUAL	1.680,00	1.550,00	3.230,00
2038	2.1.1.6	RECURSOS PUBLICOS A APLICAR	3.067.840,78	4.220.722,94	7.288.563,72
2039	2.1.1.6.1	SUBVENCOES MUNICIPAIS/FEDERAIS	3.067.840,78	4.220.722,94	7.288.563,72
2081	2.1.1.6.1.0004	FUMCAD 093/2013	-18.893,30	0,00	-18.893,30
2086	2.1.1.6.1.0008	FUMCAD 018/2014	0,00	0,00	0,00
2088	2.1.1.6.1.0009	SEC. EST. SAUDE/ SEC. EST. C. VIOLÊNC VIOLÊNCIA	0,00	0,00	0,00
2089	2.1.1.6.1.0010	FUMCAD 046/2014	0,00	0,00	0,00
2090	2.1.1.6.1.0011	FUMCAD 047/2014	0,00	0,00	0,00
2091	2.1.1.6.1.0012	PROJETO CER	0,00	0,00	0,00
2092	2.1.1.6.1.0013	PRONAS - PEQUENOS GIGANTES	0,00	0,00	0,00
2095	2.1.1.6.1.0014	PRONAS - INSTITUTO 27648	451.238,63	231,77	451.470,40
2096	2.1.1.6.1.0015	PRONAS 2015 - TRABALHO 27649	2.278.635,04	33.470,68	2.312.105,72
2098	2.1.1.6.1.0016	CONDECA - 467/2016	0,00	0,00	0,00
2099	2.1.1.6.1.0017	CONDECA - INSTITUTO	0,00	0,00	0,00
2100	2.1.1.6.1.0018	CONDECA - SOCIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00
2101	2.1.1.6.1.0019	FUMCAD - TRABALHO	0,00	0,00	0,00
2102	2.1.1.6.1.0020	FUMCAD - DEFESA	52.459,92	8.275,04	60.734,96
2103	2.1.1.6.1.0021	FUMCAD - AMBULATORIO	81.523,63	465.091,07	546.614,70
2107	2.1.1.6.1.0022	DELEGACIA DE POLICIA DA PESSOA COM DEFICIENCIA	18.223,33	215.244,79	233.468,12
2108	2.1.1.6.1.0023	DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	204.653,53	-64.186,56	140.466,97
2109	2.1.1.6.1.0024	FUMCAD 010-2019 DEFENSORES DOS DIREITOS	0,00	859.058,06	859.058,06
2110	2.1.1.6.1.0025	EMENDA PARLAMENTAR SERGIO REIS	0,00	0,00	0,00
2111	2.1.1.6.1.0026	EMENDA PARLAMENTAR CAPITAO DERRITE	0,00	1.261,46	1.261,46
2113	2.1.1.6.1.0028	PROJ ENVELHECIMENTO E A DF. INTELECTUAL PRC305/2018	0,00	780.714,06	780.714,06
2116	2.1.1.6.1.0030	EMENDA ESTADUAL - CONVÊNIO 141/2019	0,00	50.000,00	50.000,00
2117	2.1.1.6.1.0031	FUMCAD - TF 021/2019 - Estimulação e Habilitação Guainase	0,00	1.608.338,46	1.608.338,46
2118	2.1.1.6.1.0032	PROJ DF. INTELECTUAL CIDADANIA E PREV VIOLENCIA PROC 1845/2018.	0,00	263.224,11	263.224,11

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
2045	2.1.1.6.2	CONVENIOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00
2046	2.1.1.6.2.0001	PROJETOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00
2047	2.2	PASSIVO NAO CIRCULANTE	96.520,00	-26.055,40	70.464,60
2048	2.2.1	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	96.520,00	-26.055,40	70.464,60
2049	2.2.1.1	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	96.520,00	-26.055,40	70.464,60
2050	2.2.1.1.1	PROVISAO PARA CONTINGENCIAS	96.520,00	-46.020,00	50.500,00
2051	2.2.1.1.1.0001	CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	96.520,00	-46.020,00	50.500,00
2093	2.2.1.1.2	OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	19.964,60	19.964,60
2094	2.2.1.1.2.0001	OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
2115	2.2.1.1.2.0002	SERVIÇOS PRESTADOS (PF)	0,00	19.964,60	19.964,60
2052	2.3	PATRIMONIO SOCIAL	14.133.313,49	0,00	14.133.313,49
2053	2.3.1	PATRIMONIO SOCIAL	14.133.313,49	0,00	14.133.313,49
2054	2.3.1.1	PATRIMONIO SOCIAL	14.133.313,49	0,00	14.133.313,49
2055	2.3.1.1.1	RESERVAS DE REAVALIAÇAO	1.767.143,82	-1.767.143,82	0,00
2056	2.3.1.1.1.0001	REAVALIAÇAO DE TERRENOS	1.231.800,00	-1.231.800,00	0,00
2057	2.3.1.1.1.0002	REAVALIAÇAO EDIFICIOS	535.343,82	-535.343,82	0,00
2058	2.3.1.1.2	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS	-4.387.795,40	4.387.795,40	0,00
2060	2.3.1.1.2.0002	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	-4.387.795,40	4.387.795,40	0,00
2114	2.3.1.1.2.0004	PROJ DF. INTELECTUAL CIDADANIA E PREV VIOLENCIA PRC1845/2018	0,00	0,00	0,00
2066	2.3.1.1.4	PATRIMONIO SOCIAL	16.753.965,07	-2.620.651,58	14.133.313,49
2067	2.3.1.1.4.0001	PATRIMONIO SOCIAL	16.753.965,07	-2.620.651,58	14.133.313,49
2068	2.4	CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS PASSIVAS	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
2069	2.4.1	CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
2070	2.4.1.1	CONTAS DE COMPENSAÇAO	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
2071	2.4.1.1.1	GRATUIDADE	54.889.776,81	602,25	54.890.379,06
2072	2.4.1.1.1.0001	PRESTACAO DE SERVICOS	30.040,50	0,00	30.040,50
2073	2.4.1.1.1.0002	MEDICAMENTOS PKU	1.246.477,84	0,00	1.246.477,84
2074	2.4.1.1.1.0003	ALIMENTOS	5.568,56	602,25	6.170,81
2075	2.4.1.1.1.0004	CUSTOS DOS ALUNOS	53.607.689,91	0,00	53.607.689,91
Receita					
3000	3	RECEITAS	0,00	50.615.013,81	50.615.013,81
3001	3.1	RECEITAS	0,00	49.959.640,53	49.959.640,53
3002	3.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	35.295.454,21	35.295.454,21
3003	3.1.1.1	VENDAS DE SERVICOS	0,00	35.295.454,21	35.295.454,21
3004	3.1.1.1.1	VENDAS DE SERVICOS	0,00	34.164.943,20	34.164.943,20
3005	3.1.1.1.1.0001	EXAMES LABORATORIAIS	0,00	6.004.289,89	6.004.289,89
3006	3.1.1.1.1.0002	CONVENIO SUS - ATENDIMENTO	0,00	5.793.495,23	5.793.495,23
3007	3.1.1.1.1.0003	PROGRAMAS DE ATENDIMENTOS	0,00	339.449,79	339.449,79
3008	3.1.1.1.1.0004	BENEFICIAMENTOS	0,00	0,00	0,00
3009	3.1.1.1.1.0005	RECEITA C/ ATESTADOS E COPIAS PRONTUARIOS	0,00	0,00	0,00
3010	3.1.1.1.1.0006	CONVENIO SME - CAEE / AEC	0,00	1.679.591,18	1.679.591,18
3011	3.1.1.1.1.0007	CURSOS E TREINAMENTOS	0,00	174.438,00	174.438,00
3022	3.1.1.1.1.0008	BOLSA CAPACITAÇÃO	0,00	2.709.627,19	2.709.627,19

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
3068	3.1.1.1.1.0009	CONVENIO SUS - EXAMES	0,00	15.770.994,92	15.770.994,92
3100	3.1.1.1.1.0010	CONVENIO SME - IMT	0,00	300.398,81	300.398,81
3101	3.1.1.1.1.0011	INTEGRAÇÃO SENSORIAL/ AVAL. PEDAGÓGICA	0,00	207.160,00	207.160,00
3102	3.1.1.1.1.0012	ASSESSORIAS	0,00	4.352,00	4.352,00
3111	3.1.1.1.1.0013	PLANOS DE SAUDE	0,00	898.204,19	898.204,19
3112	3.1.1.1.1.0014	CONSULTAS PARTICULARES	0,00	282.942,00	282.942,00
3012	3.1.1.1.2	VENDAS DE MERCADORIAS	0,00	991.244,07	991.244,07
3013	3.1.1.1.2.0001	GENEROS ALIMENTICIOS	0,00	386.811,02	386.811,02
3014	3.1.1.1.2.0002	RECEITA C/ VENDA DE REFEICAO	0,00	64.633,76	64.633,76
3015	3.1.1.1.2.0003	PRODUTOS DE REVENDA	0,00	5.299,29	5.299,29
3086	3.1.1.1.2.0004	CESTA FENIL	0,00	270.994,00	270.994,00
3118	3.1.1.1.2.0005	APADRINHAMENTO	0,00	263.506,00	263.506,00
3016	3.1.1.1.3	DEDUÇÕES DAS VENDAS DE MERCADORIAS	0,00	-91.091,99	-91.091,99
3017	3.1.1.1.3.0001	VENDAS CANCELADAS E DEVOLUCOES	0,00	-64.579,19	-64.579,19
3018	3.1.1.1.3.0002	ICMS S/ VENDAS	0,00	-26.512,80	-26.512,80
3090	3.1.1.1.4	CURSOS E TREINAMENTOS	0,00	230.358,93	230.358,93
3091	3.1.1.1.4.0001	INCOMPANY	0,00	33.137,00	33.137,00
3092	3.1.1.1.4.0002	PRESENCIAS	0,00	960,00	960,00
3093	3.1.1.1.4.0003	EAD	0,00	0,00	0,00
3094	3.1.1.1.4.0004	SEMINARIOS	0,00	384,43	384,43
3110	3.1.1.1.4.0005	PÓS GRADUAÇÃO	0,00	195.877,50	195.877,50
3019	3.1.2	RECEITAS DE CONTRIBUICAO/DOACAO	0,00	4.714.807,81	4.714.807,81
3020	3.1.2.1	RECEITAS DE CONTRIBUICAO/DOACAO	0,00	4.714.807,81	4.714.807,81
3021	3.1.2.1.1	DOACOES/CONTRIB. RECEBIDAS	0,00	3.968.257,87	3.968.257,87
3023	3.1.2.1.1.0002	CAPTACAO DE RECURSOS	0,00	964.264,08	964.264,08
3024	3.1.2.1.1.0003	SOCIOS CONTRIBUINTES	0,00	1.150.729,13	1.150.729,13
3025	3.1.2.1.1.0004	DOACOES PESSOA JURIDICA	0,00	116.202,80	116.202,80
3026	3.1.2.1.1.0005	DOACOES PESSOA FISICA	0,00	75.847,30	75.847,30
3069	3.1.2.1.1.0006	PARCERIA C/ EMPRESAS	0,00	1.661.214,56	1.661.214,56
3070	3.1.2.1.1.0007	CARTAO AFINIDADE	0,00	0,00	0
3027	3.1.2.1.2	OUTRAS DOACOES RECEBIDAS	0,00	746.549,94	746.549,94
3028	3.1.2.1.2.0001	DESPESAS RECUPERADAS	0,00	0,00	0,00
3029	3.1.2.1.2.0002	DOACOES EM MATERIAIS/SERVIÇOS	0,00	65.032,12	65.032,12
3075	3.1.2.1.2.0003	DOACOES DE BENS PERMANENTES	0,00	477.294,32	477.294,32
3084	3.1.2.1.2.0004	APARAS	0,00	168.261,19	168.261,19
3097	3.1.2.1.2.0005	DOAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	35.962,31	35.962,31
3030	3.1.3	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.056.333,41	1.056.333,41
3031	3.1.3.1	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.056.333,41	1.056.333,41
3032	3.1.3.1.1	RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.056.333,41	1.056.333,41
3033	3.1.3.1.1.0001	EVENTOS	0,00	188.585,00	188.585,00
3034	3.1.3.1.1.0002	BAZAR	0,00	482.139,59	482.139,59
3035	3.1.3.1.1.0003	CARTOES TELEFONICOS	0,00	0,00	0,00
3098	3.1.3.1.1.0004	DESPESAS RECUPERADAS	0,00	62.981,67	62.981,67



Antonio Carlos Pinto
Contador
CRC: 1sp171851/O-0
IJC - Instituto João Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
3114	3.1.3.1.1.0005	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA	0,00	322.627,15	322.627,15
3036	3.1.4	RECEITAS C/ CONV./PROJ./ E SUBV.	0,00	6.764.953,33	6.764.953,33
3037	3.1.4.1	RECEITAS C/ CONV./PROJ./ E SUBV.	0,00	6.764.953,33	6.764.953,33
3038	3.1.4.1.1	RECEITA C/ CONV. FUMCAD	0,00	2.429.815,39	2.429.815,39
3043	3.1.4.1.1.0001	FUMCAD - AMBULATORIO	0,00	1.115.465,71	1.115.465,71
3044	3.1.4.1.1.0002	FUMCAD - DEFESA	0,00	415.618,05	415.618,05
3045	3.1.4.1.1.0003	FUMCAD - 158/2012	0,00	0,00	0,00
3076	3.1.4.1.1.0004	FUMCAD 093/2013	0,00	0,00	0,00
3077	3.1.4.1.1.0005	FUMCAD 094/2013	0,00	0,00	0,00
3085	3.1.4.1.1.0006	FUMCAD 018/2014	0,00	0,00	0,00
3087	3.1.4.1.1.0007	FUMCAD 046/2014	0,00	0,00	0,00
3088	3.1.4.1.1.0008	FUMCAD 047/2014	0,00	0,00	0,00
3107	3.1.4.1.1.0009	FUMCAD - TRABALHO	0,00	-31.826,17	-31.826,17
3108	3.1.4.1.1.0010	FUMCAD - DEFESA	0,00	0,00	0,00
3109	3.1.4.1.1.0011	FUMCAD - AMBULATORIO	0,00	0,00	0,00
3113	3.1.4.1.1.0012	DELEGACIA DE POLICIA DA PESSOA COM DEFICIENCIA	0,00	697.717,72	697.717,72
3115	3.1.4.1.1.0013	DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	232.840,08	232.840,08
3046	3.1.4.1.2	RECEITAS C/ PROJ. PETROBRAS	0,00	0,00	0,00
3047	3.1.4.1.2.0001	RECEITAS C/ PROJ. PETROBRAS	0,00	0,00	0,00
3048	3.1.4.1.3	RECEITAS C/ SUBVENCOES	0,00	517.673,00	517.673,00
3049	3.1.4.1.3.0001	SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE	0,00	0,00	0,00
3116	3.1.4.1.3.0002	EMENDAS PARLAMENTARES	0,00	517.673,00	517.673,00
3078	3.1.4.1.4	OUTROS PROJETOS	0,00	3.817.464,94	3.817.464,94
3079	3.1.4.1.4.0001	PROJETO BRASIL DANCANTE	0,00	0,00	0,00
3089	3.1.4.1.4.0002	PRONAS - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00
3095	3.1.4.1.4.0003	PROJETO CER	0,00	0,00	0,00
3096	3.1.4.1.4.0004	PRONAS - PEQUENOS GIGANTES	0,00	0,00	0,00
3099	3.1.4.1.4.0005	PROJETO SECRET ESTADUAL C VIOLENCIA	0,00	184.701,49	184.701,49
3117	3.1.4.1.4.0006	OPEN SOCIETY	0,00	514.055,75	514.055,75
3120	3.1.4.1.4.0007	EMENDA PARLAMENTAR SERGIO REIS	0,00	141.672,21	141.672,21
3121	3.1.4.1.4.0008	EMENDA PARLAMENTAR CAPITÃO DERRITE	0,00	498.738,54	498.738,54
3123	3.1.4.1.4.0009	EMENDA PARLAMENTAR FLAVINHO	0,00	172.459,44	172.459,44
3124	3.1.4.1.4.0010	EMENDA PARLAMENTAR MARA CABRILLI	0,00	93.861,11	93.861,11
3125	3.1.4.1.4.0011	EMENDA PARLAMENTAR EDUARDO BOLSONARO	0,00	105.814,67	105.814,67
3126	3.1.4.1.4.0012	PROJ ENVELHECIMENTO E A DF. INTELLECTUAL PRC305/2018	0,00	785.013,54	785.013,54
3127	3.1.4.1.4.0013	PROJ DF. INTELLECTUAL CIDADANIA E PREV VIOLENCIA PRC1845/2018	0,00	205.415,33	205.415,33
3128	3.1.4.1.4.0014	FUMCAD 010-2019 DEFENSORES DOS DIREITOS	0,00	442.894,29	442.894,29
3129	3.1.4.1.4.0015	EMENDA ESTADUAL - CONVÊNIO 141/2019	0,00	100.000,00	100.000,00

Antonio Carlos Pinto
 Contador
 CRC: 1sp171851/O-0
 IJC - Instituto J5 Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
3130	3.1.4.1.4.0016	FUMCAD - TF 021/2019 - Estimulação e Habilitação Guainases	0,00	572.838,57	572.838,57
3103	3.1.4.1.5	RECEITA C/ CONV. CONDECA	0,00	0,00	0,00
3104	3.1.4.1.5.0001	CONDECA - DEFESA E GARANTIA	0,00	0,00	0,00
3105	3.1.4.1.5.0002	CONDECA - INSTITUTO	0,00	0,00	0,00
3106	3.1.4.1.5.0003	CONDECA - SOCIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3071	3.1.5	TRABALHO VOLUNTARIO	0,00	324.552,36	324.552,36
3072	3.1.5.1	TRABALHO VOLUNTARIO	0,00	324.552,36	324.552,36
3073	3.1.5.1.1	TRABALHO VOLUNTARIO	0,00	324.552,36	324.552,36
3074	3.1.5.1.1.0001	TRABALHO VOLUNTARIO	0,00	324.552,36	324.552,36
3080	3.1.6	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
3081	3.1.6.1	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
3082	3.1.6.1.1	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
3083	3.1.6.1.1.0001	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
3050	3.2	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	280.725,04	280.725,04
3051	3.2.1	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	280.725,04	280.725,04
3052	3.2.1.1	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	280.725,04	280.725,04
3053	3.2.1.1.1	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	280.725,04	280.725,04
3054	3.2.1.1.1.0001	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	944,22	944,22
3055	3.2.1.1.1.0002	VARIACAO CAMBIAL	0,00	109.872,74	109.872,74
3056	3.2.1.1.1.0003	RENDIMENTOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	153.279,70	153.279,70
3057	3.2.1.1.1.0004	JUROS ATIVOS	0,00	16.628,38	16.628,38
3058	3.2.1.1.1.0005	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
3059	3.9	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	0,00	374.648,24	374.648,24
3060	3.9.1	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	0,00	374.648,24	374.648,24
3061	3.9.1.1	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	0,00	374.648,24	374.648,24
3062	3.9.1.1.1	REALIZ. RESERVA REAV. ALIENACAO	0,00	-7.950,72	-7.950,72
3063	3.9.1.1.1.0001	RESULTADO NA VENDA DE IMOBILIZADO	0,00	-7.950,72	-7.950,72
3064	3.9.1.1.2	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	0,00	382.598,96	382.598,96
3065	3.9.1.1.2.0001	ALUGUEL DE IMOVEIS	0,00	315.271,58	315.271,58
3066	3.9.1.1.2.0002	ALUGUEL DE INSTALACOES	0,00	67.327,38	67.327,38
3067	3.9.1.1.2.0003	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
Despesa					
4000	4	CUSTOS E DESPESAS	0,00	50.296.218,49	50.296.218,49
4001	4.1	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	48.848.878,91	48.848.878,91
4002	4.1.1	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	30.251.400,53	30.251.400,53
4003	4.1.1.1	CUSTOS E DESPESAS COM PESSOAL	0,00	30.251.400,53	30.251.400,53
4004	4.1.1.1.1	CUSTOS E DESPESAS COM PESSOAL	0,00	22.444.134,40	22.444.134,40
4005	4.1.1.1.1.0001	SALARIOS	0,00	17.707.566,97	17.707.566,97
4006	4.1.1.1.1.0002	GRATIFICACOES	0,00	53.995,08	53.995,08
4007	4.1.1.1.1.0003	H. EXTRAS	0,00	67.112,55	67.112,55
4008	4.1.1.1.1.0004	D.S.R.	0,00	21.374,77	21.374,77
4009	4.1.1.1.1.0005	13º SALARIO	0,00	1.642.546,73	1.642.546,73
4010	4.1.1.1.1.0006	FERIAS + 1/3	0,00	2.360.280,42	2.360.280,42


Antonio Carlos Pinto
 Contador
 CRC: 1sp171851/O-0
 IJC - Instituto João Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
4011	4.1.1.1.1.0007	INDENIZACOES TRABALHISTAS	0,00	237.672,35	237.672,35
4012	4.1.1.1.1.0008	ESTAGIARIOS	0,00	29.033,17	29.033,17
4150	4.1.1.1.1.0009	TRABALHO VOLUNTARIO	0,00	324.552,36	324.552,36
4013	4.1.1.1.2	CUSTOS E DESPESAS COM BENEFICIOS	0,00	3.507.641,68	3.507.641,68
4014	4.1.1.1.2.0001	VALE TRANSPORTE	0,00	492.984,93	492.984,93
4015	4.1.1.1.2.0002	REFEICAO FUNCIONARIOS	0,00	783.121,10	783.121,10
4016	4.1.1.1.2.0003	SEGURO DE VIDA	0,00	79.876,28	79.876,28
4017	4.1.1.1.2.0004	ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	0,00	1.428.774,18	1.428.774,18
4018	4.1.1.1.2.0005	AUXILIO CRECHE	0,00	61.548,00	61.548,00
4019	4.1.1.1.2.0006	CESTA BASICA	0,00	573.493,95	573.493,95
4020	4.1.1.1.2.0007	CURSOS E TREINAMENTO	0,00	80.590,41	80.590,41
4021	4.1.1.1.2.0008	UNIFORMES	0,00	6.863,33	6.863,33
4022	4.1.1.1.2.0009	CARTAO BENEFICIOS	0,00	389,50	389,50
4023	4.1.1.1.3	ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.496.085,04	2.496.085,04
4024	4.1.1.1.3.0001	F.G.T.S.	0,00	2.267.911,74	2.267.911,74
4025	4.1.1.1.3.0002	P.I.S.	0,00	216.256,82	216.256,82
4026	4.1.1.1.3.0003	F.G.T.S. S/ 130. SALARIO	0,00	0,00	0,00
4027	4.1.1.1.3.0004	F.G.T.S. S/ FERIAS	0,00	11.916,48	11.916,48
4156	4.1.1.1.4	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
4157	4.1.1.1.4.0001	ISENCOES DE CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.803.539,41	1.803.539,41
4028	4.1.2	DESPESAS DE CONSUMO	0,00	9.663.549,89	9.663.549,89
4029	4.1.2.1	DESPESAS DE CONSUMO	0,00	9.663.549,89	9.663.549,89
4030	4.1.2.1.1	CONSUMO DE MATERIAIS EM GERAL	0,00	1.244.110,63	1.244.110,63
4031	4.1.2.1.1.0001	IMPRESSOS E ESCRITORIO - 10	0,00	584.288,23	584.288,23
4032	4.1.2.1.1.0002	DIDATICO E PEDAGOGICO - 11	0,00	67.483,37	67.483,37
4033	4.1.2.1.1.0003	PRODUTOS DE ALIMENTACAO - 12	0,00	198.726,77	198.726,77
4034	4.1.2.1.1.0004	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - 14	0,00	31.249,97	31.249,97
4035	4.1.2.1.1.0005	HIGIENE E LIMPEZA - 15	0,00	109.776,28	109.776,28
4036	4.1.2.1.1.0006	MANUTENCAO E CONSERVACAO - 16	0,00	171.968,43	171.968,43
4037	4.1.2.1.1.0007	SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - 17	0,00	20.711,74	20.711,74
4038	4.1.2.1.1.0008	UTENSILIOS DE COZINHA - 24	0,00	19.044,27	19.044,27
4039	4.1.2.1.1.0009	BENS DE USO PERMANENTE	0,00	32.061,57	32.061,57
4040	4.1.2.1.1.0010	MATERIAL ESPORTIVO - 25	0,00	0,00	0,00
4041	4.1.2.1.1.0011	MEDICAMENTOS - 23	0,00	0,00	0,00
4042	4.1.2.1.1.0012	VESTUARIO	0,00	8.800,00	8.800,00
4043	4.1.2.1.2	LABORATORIO	0,00	7.374.749,43	7.374.749,43
4044	4.1.2.1.2.0001	LABORATORIO NACIONAL - 13	0,00	1.968.847,79	1.968.847,79
4045	4.1.2.1.2.0002	LABORATORIO IMPORTADO - 18	0,00	5.405.901,64	5.405.901,64
4046	4.1.2.1.3	UTILIDADES/INSUMOS	0,00	1.044.689,83	1.044.689,83
4047	4.1.2.1.3.0001	ENERGIA ELETRICA	0,00	485.367,98	485.367,98
4048	4.1.2.1.3.0002	AGUA/ESGOTO	0,00	186.146,25	186.146,25
4049	4.1.2.1.3.0003	TELEFONE/CELULAR	0,00	224.283,14	224.283,14
4051	4.1.2.1.3.0005	GAS	0,00	105.095,03	105.095,03
4052	4.1.2.1.3.0006	INTERNET	0,00	43.797,43	43.797,43


Antonio Carlos Pinto
Contador
CRC: 1sp171851/O-0
IJC - Instituto João Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
4053	4.1.3	OUTRAS DESPESAS - OPERACIONAIS	0,00	8.933.928,49	8.933.928,49
4054	4.1.3.1	DESPESAS GERAIS	0,00	8.404.555,58	8.404.555,58
4055	4.1.3.1.1	DESPESAS GERAIS	0,00	1.185.634,76	1.185.634,76
4056	4.1.3.1.1.0001	MATERIAIS E MANUTENCAO/INSTALAÇÕES	0,00	7.858,05	7.858,05
4057	4.1.3.1.1.0002	CORREIOS E TELEGRAFOS	0,00	459.796,07	459.796,07
4058	4.1.3.1.1.0003	COPIAS E FOTOCOPIAS	0,00	9.426,38	9.426,38
4059	4.1.3.1.1.0004	FRETES E CARRETOS	0,00	88.228,41	88.228,41
4060	4.1.3.1.1.0005	LIVROS JORNAIS E REVISTAS	0,00	2.417,76	2.417,76
4061	4.1.3.1.1.0006	DESPESAS DE CARTORIO	0,00	6.657,12	6.657,12
4062	4.1.3.1.1.0007	CONDUCAO/TAXI	0,00	86.666,39	86.666,39
4063	4.1.3.1.1.0008	REFEICOES	0,00	60.557,84	60.557,84
4064	4.1.3.1.1.0009	REFEICAO DE ALUNOS / ASSISTIDOS	0,00	30.770,65	30.770,65
4065	4.1.3.1.1.0010	COPA E COZINHA/COFFE BREAK(CAFÉ)	0,00	95.584,56	95.584,56
4066	4.1.3.1.1.0011	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	91.059,38	91.059,38
4067	4.1.3.1.1.0012	TV A CABO	0,00	0,00	0,00
4068	4.1.3.1.1.0013	ALUGUEL	0,00	79.274,76	79.274,76
4069	4.1.3.1.1.0014	FUNERAIS	0,00	385,00	385,00
4070	4.1.3.1.1.0015	BRINDES/ PRESENTES	0,00	36.633,50	36.633,50
4071	4.1.3.1.1.0016	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	0,00	126.977,39	126.977,39
4149	4.1.3.1.1.0017	BENS DE USO PERMANENTE	0,00	3.341,50	3.341,50
4072	4.1.3.1.2	SERVICOS PROFISSIONAIS	0,00	5.298.693,59	5.298.693,59
4073	4.1.3.1.2.0001	HONORARIOS ADVOCATICIOS	0,00	218.576,96	218.576,96
4074	4.1.3.1.2.0002	HONORARIOS DE AUDITORIA / CONTABEIS	0,00	76.606,07	76.606,07
4075	4.1.3.1.2.0003	APRENDIZES	0,00	0,00	0,00
4076	4.1.3.1.2.0004	PRESTACAO SERVICOS - P. FISICA	0,00	231.758,95	231.758,95
4077	4.1.3.1.2.0005	PRESTACAO SERVICOS - P. JURIDICA	0,00	3.744.239,17	3.744.239,17
4146	4.1.3.1.2.0006	MANUTENÇÃO E HIGIENE	0,00	182.479,55	182.479,55
4147	4.1.3.1.2.0007	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	0,00	845.032,89	845.032,89
4078	4.1.3.1.3	PREMIOS DE SEGUROS	0,00	68.319,01	68.319,01
4079	4.1.3.1.3.0001	VEICULOS	0,00	3.887,16	3.887,16
4080	4.1.3.1.3.0002	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	16.418,16	16.418,16
4081	4.1.3.1.3.0003	RESPONSABILIDADE CIVIL	0,00	38.379,52	38.379,52
4082	4.1.3.1.3.0004	IMPORTACOES	0,00	8.927,55	8.927,55
4166	4.1.3.1.3.0005	IMOVEIS	0,00	706,62	706,62
4083	4.1.3.1.4	DESPESAS COM VEICULOS	0,00	150.536,30	150.536,30
4084	4.1.3.1.4.0001	COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	0,00	22.270,36	22.270,36
4085	4.1.3.1.4.0002	ESTACIONAMENTO	0,00	13.852,97	13.852,97
4086	4.1.3.1.4.0003	PEDAGIO	0,00	4.122,95	4.122,95
4087	4.1.3.1.4.0004	CONCERTOS E MANUTENCAO/PEÇAS	0,00	9.391,78	9.391,78
4088	4.1.3.1.4.0005	DOCUMENTAÇÃO/LICENCIAMENTO	0,00	1.006,58	1.006,58
4089	4.1.3.1.4.0006	MULTAS DE TRANSITO	0,00	0,00	0,00
4148	4.1.3.1.4.0007	QUILOMETRAGEM	0,00	99.891,66	99.891,66
4090	4.1.3.1.5	DESPESAS COM EVENTOS/PUBLICIDADES	0,00	192.242,84	192.242,84



 Antonio Carlos Pinto
 Contador
 CRC: 1sp171851/O-0
 IJC - Instituto Jô Clemente

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
4091	4.1.3.1.5.0001	HOSPEDAGEM	0,00	0,00	0,00
4092	4.1.3.1.5.0002	LOCACOES	0,00	0,00	0,00
4094	4.1.3.1.5.0004	DIVULGACAO/COMUNICACAO	0,00	131.990,14	131.990,14
4095	4.1.3.1.5.0005	EVENTOS	0,00	60.252,70	60.252,70
4096	4.1.3.1.6	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	61.346,49	61.346,49
4097	4.1.3.1.6.0001	CONTRIBUICAO ENTIDADES DE CLASSE / PATRONAL	0,00	33.051,40	33.051,40
4098	4.1.3.1.6.0002	IP TU - IMP. PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	0,00	17.770,97	17.770,97
4099	4.1.3.1.6.0003	TAXAS E EMOLUMENTOS	0,00	10.524,12	10.524,12
4100	4.1.3.1.7	DESPESAS COM VIAGENS	0,00	175.578,81	175.578,81
4101	4.1.3.1.7.0001	PASSAGEM AÉREA/TERRESTRE	0,00	128.462,84	128.462,84
4102	4.1.3.1.7.0002	HOSPEDAGEM	0,00	39.445,97	39.445,97
4103	4.1.3.1.7.0003	ALIMENTACAO	0,00	7.670,00	7.670,00
4107	4.1.3.1.9	DESPESAS COM PROVISÕES	0,00	1.272.203,78	1.272.203,78
4108	4.1.3.1.9.1	DESPESAS COM DEPRECIACAO	0,00	1.272.203,78	1.272.203,78
4109	4.1.3.1.9.1.0001	DESPESAS COM DEPRECIACAO E AMORTIZACAO	0,00	1.272.203,78	1.272.203,78
4162	4.1.3.1.9.4	PROVISAO P/ CONTINGENCIAS	0,00	0,00	0,00
4163	4.1.3.1.9.4.0001	PROVISAO P/ CONTINGENCIAS	0,00	0,00	0,00
4153	4.1.3.2	PROVISÃO P/ CREDITOS LIQUID. DUVIDOSA	0,00	529.372,91	529.372,91
4154	4.1.3.2.1	PROVISÃO P/ CREDITOS LIQUID. DUVIDOSA	0,00	529.372,91	529.372,91
4155	4.1.3.2.1.0001	(-) PROVISÃO P/ CREDITOS LIQUID. DUVIDOSA	0,00	529.372,91	529.372,91
4112	4.2	DESPESAS C/ CONV. / PROJ. E SUBV.	0,00	967.534,64	967.534,64
4113	4.2.1	DESPESAS C/ CONV. / PROJ. E SUBV.	0,00	967.534,64	967.534,64
4114	4.2.1.1	DESPESAS C/ CONV. / PROJ. E SUBV.	0,00	967.534,64	967.534,64
4115	4.2.1.1.1	DESPESAS C/ CONV. / PROJ. E SUBV.	0,00	967.534,64	967.534,64
4116	4.2.1.1.1.0001	DESPESA C/ PESSOAL - ORDENADOS	0,00	527.805,81	527.805,81
4117	4.2.1.1.1.0002	DESPESA C/ PESSOAL - ENCARGOS	0,00	44.041,10	44.041,10
4118	4.2.1.1.1.0003	DESPESA C/ PESSOAL - FERIAS	0,00	27.818,53	27.818,53
4119	4.2.1.1.1.0004	DESPESA C/ PESSOAL - 13 SALARIO	0,00	42.463,89	42.463,89
4120	4.2.1.1.1.0005	DESPESA C/ PESSOAL - BENEFICIOS	0,00	35.034,36	35.034,36
4121	4.2.1.1.1.0006	DESPESA C/ MAT. ESCRITORIO	0,00	76,01	76,01
4122	4.2.1.1.1.0007	DESPESA DE ALUGUEL	0,00	7.472,26	7.472,26
4123	4.2.1.1.1.0008	DESPESA C/ SERVIÇOS - PESSOA JURIDICA / FISICA	0,00	264.779,95	264.779,95
4124	4.2.1.1.1.0009	DESPESA C/ CONSUMO - MATERIAL PEDAGOGICO	0,00	0,00	0,00
4125	4.2.1.1.1.0010	DESPESA C/ CONSUMO - MATERIAL LIMPEZA E HIGIENE	0,00	306,63	306,63
4126	4.2.1.1.1.0011	DESPESA C/ CONSUMO - UTILIDADES	0,00	12.267,00	12.267,00
4160	4.2.1.1.1.0013	DESPESA C/ MATERIAL DE CONSUMO	0,00	5.437,90	5.437,90
4164	4.2.1.1.1.0014	DESPESA C/ CURSOS E TREINAMENTOS	0,00	0,00	0,00
4165	4.2.1.1.1.0015	DESPESA C/ VIAGENS/REFEIÇÕES	0,00	31,20	31,20
4143	4.2.1.2	DESPESAS C/ PROJETOS SECR. SAUDE	0,00	0,00	0,00

Balancete por Período

Período: 01/01/19 até 31/12/19

Código	Classificação	Descrição	Saldo Anterior	Movimento	Saldo Atual
4144	4.2.1.2.1	DESPESAS C/ PROJETOS SECR. SAUDE	0,00	0,00	0,00
4145	4.2.1.2.1.0001	DESPESAS C/ PROJETOS SECR. SAUDE	0,00	0,00	0,00
4127	4.3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	409.804,78	409.804,78
4128	4.3.1	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	409.804,78	409.804,78
4129	4.3.1.1	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	409.804,78	409.804,78
4130	4.3.1.1.1	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	409.804,78	409.804,78
4131	4.3.1.1.1.0001	JUROS PASSIVOS	0,00	2.182,98	2.182,98
4132	4.3.1.1.1.0002	MULTAS PASSIVAS	0,00	162,55	162,55
4133	4.3.1.1.1.0003	DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	112,15	112,15
4134	4.3.1.1.1.0004	VARIACAO CAMBIAL	0,00	34.984,19	34.984,19
4135	4.3.1.1.1.0005	DESPESAS BANCARIAS	0,00	372.362,91	372.362,91
4136	4.3.1.1.1.0006	I.O.F.	0,00	0,00	0,00
4137	4.9	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	70.000,16	70.000,16
4138	4.9.1	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	70.000,16	70.000,16
4139	4.9.1.1	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	70.000,16	70.000,16
4140	4.9.1.1.1	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0,00	70.000,16	70.000,16
4141	4.9.1.1.1.0001	OUTRAS DESPESAS	0,00	70.000,16	70.000,16


Antonio Carlos Pinto
Contador
CRC: 1sp171851/O-0
IJC - Instituto Jó Clemente

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018		Nota	2018	
		2019	2018		2019	2018
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.167	444	1.961	864	
Recursos vinculados	4	3.610	4.536	4.104	3.752	
Contas a receber	5	6.690	7.095	7.289	3.068	
Estoques		1.170	357			
Outras contas a receber		2.464	1.429			
Reembolso de projetos	4.2	4.339	541			
		20.440	14.402	13.354	7.684	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber	5	-	-	51	97	
Depósitos judiciais		30	27	51	97	
Imóveis destinados a vendas		70	70			
Propriedade para investimentos	6	1.515	1.565			
Imobilizado	7	5.541	5.432			
Intangível		261	415			
		7.417	7.509	12.364	15.045	
				1.574	1.766	
				515	(2.681)	
				14.453	14.130	
Total do ativo		27.857	21.911	27.857	21.911	
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores						
Salários, férias e encargos sociais	8					
Obrigações com projetos	11.2					
Não circulante						
Contingências	9					
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	10					
Reserva de reavaliação						
Superavit/(déficit) no exercício						
Total do passivo e patrimônio líquido		27.857	21.911	27.857	21.911	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Sem restrições			
Vendas de serviços, mercadorias, eventuais e doações	11.1	41.021	39.708
Receitas com trabalhos voluntários	3.15	325	405
		<u>41.346</u>	<u>40.113</u>
Com restrições			
Receita de projetos e subvenções	11.2	6.765	3.258
Rendimento financeiro		33	79
		<u>6.798</u>	<u>3.337</u>
		<u>48.144</u>	<u>43.450</u>
Custos e despesas operacionais			
Sem restrições			
Pessoal e encargos sociais	12	(26.178)	(26.073)
Administrativas e gerais	13	(15.142)	(15.313)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(529)	(202)
Depreciação e amortização		(1.272)	(1.293)
Despesa com trabalhos voluntários	3.15	(325)	(405)
		<u>(43.446)</u>	<u>(43.286)</u>
Com restrições			
Pessoal e encargos sociais		(2.649)	(2.013)
Administrativas e gerais		(1.988)	(1.229)
		<u>(4.637)</u>	<u>(3.242)</u>
Superavit/(déficit) operacional bruto		<u>61</u>	<u>(3.078)</u>
Outras receitas e despesas operacionais, líquido			
Outras receitas		421	443
Superavit/(déficit) operacional antes do resultado financeiro		<u>482</u>	<u>(2.635)</u>
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		248	112
Despesas financeiras		(410)	(353)
		<u>(162)</u>	<u>(241)</u>
Superavit/(déficit) do exercício		<u>320</u>	<u>(2.876)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Demonstrações do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit líquido/(déficit) no exercício	320	(2.876)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	320	(2.876)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORES DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits/(déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.385	1.961	(1.340)	17.006
Incorporação do déficit do exercício	(1.340)	-	1.340	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(195)	195	-
Déficit do exercício	-	-	(2.876)	(2.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.045	1.766	(2.681)	14.130
Incorporação do déficit do exercício	(2.681)	3	2.681	3
Realização da reserva de reavaliação	-	(195)	195	-
Superávit líquido do exercício	-	-	320	320
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.364	1.574	515	14.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(déficit) do exercício	320	(2.876)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.272	1.293
Provisão para perda esperada	529	202
Baixa efetiva de títulos a receber	-	-
Resultado positivo na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-
Contingências	(46)	(56)
	2.075	(1.437)
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Recursos Vinculados	926	182
Contas a receber	(123)	(294)
Estoques	(813)	207
Outras contas a receber	(1.035)	(157)
Reembolso de projetos	(3.798)	(73)
Depósitos judiciais	(3)	78
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	1.097	(229)
Salários, férias e encargos sociais	352	122
Outras contas a pagar	-	-
Obrigações com projetos	4.221	(708)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	824	(872)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.157)	(444)
Aquisição de intangível	(19)	(184)
Baixa de propriedade para Investimentos	-	50
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.176)	(578)
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.723	(2.887)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	444	3.331
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	2.167	444
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.723	(2.887)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Jô Clemente (anteriormente denominado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - APAE), razão social alterada em novembro de 2019, foi constituído sob a forma de sociedade civil, assistencial e sem fins lucrativos, e tem por missão prevenir e promover a saúde das pessoas com Deficiência Intelectual, apoiar sua inclusão social, incidir na defesa dos direitos, produzindo e disseminando conhecimento, propugnando pela aplicação dos princípios contidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 2008.

O Instituto Jô Clemente é uma Entidade de fins filantrópicos, declarada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, apresentando imunidade e isenção em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Quota Patronal e COFINS. Para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - foi obtida a imunidade tributária junto à Prefeitura do Município de São Paulo, a partir de 1980.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo conselho fiscal em reunião realizada em 11 de março de 2020.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis foram preparadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro também foi considerado na preparação das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa n° 3.6 e 7: Ativo imobilizado, valor residual;
- Nota Explicativa n° 5: Provisão para perda esperada;
- Nota Explicativa n° 9: Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Entidade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente.

(i) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Entidade não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado (VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

A seguir são demonstrados a classificação dos ativos e passivos financeiros anteriormente e como ficou a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

<u>Ativo financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação CPC 48/IFRS 9</u>
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Recursos vinculados	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de projetos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivo financeiro		
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Entidade, vide nota explicativa nº 15.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9.

Em relação ao CPC 48/IFRS 9, não houve impacto material no balanço patrimonial, na Demonstração de resultado do exercício e Demonstração de fluxo de caixa da Entidade para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019 devido as operações já atenderem substancialmente os critérios requeridos pela nova norma.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

(iii) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Entidade adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquida de devoluções e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Em relação a CPC 47/IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Entidade para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018 pois as operações e principalmente as modalidades de vendas / prestação de serviços praticadas pela Entidade fazem com que os critérios de reconhecimento de receita já atenderem substancialmente os critérios requeridos pela nova norma.

(iv) IFRS 16 Leases:

Esta norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial será muito significativo.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

PG 099
DR 5

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

No exercício de 2018 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber.

Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de *hedge*.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são compostas por valores a receber junto à Prefeitura Municipal de São Paulo e hospitais particulares que utilizam os serviços de laboratório.

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Entidade não registrou o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir os títulos com baixo risco de crédito e outros títulos de dívida de acordo com perda esperada.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a produtos que são utilizados na realização dos teste do “Pezinho”. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliados com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Entidade possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques.

3.6 Ativo imobilizado

3.6.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, exceto os bens recebidos em doação que são mensurados ao valor justo, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

3.6.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

3.6.3 Depreciação

A depreciação é calculada com base no custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Veículos Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 33 anos
Móveis e utensílios	10 a 33 anos
Outros ativos	10 a 33 anos
Edificações	25 a 30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustado caso seja necessário.

3.7 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. O prazo de amortização dos intangíveis, marcas e patentes e direito de uso de software é de 5 anos.

3.8 Propriedade para investimento

São propriedades imóveis em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, e são inicialmente demonstradas pelo custo de formação ou doação. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 3% a.a.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade reconheceu receitas com aluguéis no valor de R\$ 383 (R\$ 458 em 2018).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Entidade contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Entidade apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Entidade, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Entidade.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.10 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.12 Receitas da prestação de serviços

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquida de devoluções e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

3.14 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2019 a Entidade registrou o montante de R\$ 325 (R\$ 405 em 2018) referente a trabalhos voluntários, sendo R\$ 18 (R\$ 33 em 2018) com membros dos conselhos e R\$ 307 (R\$ 372 em 2018) com prestação de serviços.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

3.15 Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.16 Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 14.

3.16.1 Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

3.17 Impactos na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2)/IFRS16 não teve um impacto material nas demonstrações contábeis do exercício findo na entidade em 31 de dezembro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019			2018		
	Recursos sem Restrição	Recursos Vinculados	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem Restrição	Recursos Vinculados	Total de recursos com e sem restrição
Caixa fundo fixo	27	-	27	12	-	12
Bancos conta corrente	707	493	1200	193	438	631
Aplicações financeiras	1.433	3.117	4.550	239	4.098	4.337
	<u>2.167</u>	<u>3.610</u>	<u>5.777</u>	<u>444</u>	<u>4.536</u>	<u>4.980</u>

4.1 Recursos sem restrição

São os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos e que são utilizados para custeio das atividades.

As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário - CDB, que variam entre 107,54% a 103,70% em 2018 (101% a 92% em 2018). Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

4.2 Reembolso de projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo o rendimento é revertido para aplicação no projeto.

	2019	2018
FUNCAD AMBULATORIO	369	-
DELEGACIA DE POLÍCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	183	-
FUNCAD DEFENDENDO	805	-
PROJETO ENVELHECIMENTO 305/2018	752	-
PROJETO DEF. INTELECTUAL 1845/2018	233	-
FUNCAD ESTIMULAÇÃO GUAIANASES 021/2019	1456	-
FUNCAD 046/2014	83	83
FUNCAD 047/2014	320	320
FUNCAD - TRABALHO	138	138
	<u>4.339</u>	<u>541</u>

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

5 Contas a receber

	2019	2018
Convênio e particulares:		
Convênios	5.866	6.574
Outros convênios e particulares	250	118
Atendimentos	101	121
Bolsa capacitação	785	605
Outros valores a receber		-
	7.002	7.418
(-) Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	(312)	(323)
	6.690	7.095

A exposição da Entidade a risco de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionada ao contas a receber, pode ser assim apresentada:

A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais. Os valores de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo contábil bruto	Provisão para perda esperada	Saldo contábil líquido
A vencer			
A vencer até 360 dias	5.715	-	5.715
Vencidos			
Vencidos de 1 a 30 dias	393	-	393
Vencidos de 31 a 180 dias	392	-	392
Vencidos acima de 181 dias	502	(312)	190
	7.002	(312)	6.690

6 Propriedade para investimentos

	Valor Justo 2019	Saldo contábil	
		2019	2018
Imóvel Local Cruzeiro do Sul, Nº 629	331	60	60
Imóvel Local Cruzeiro do Sul, Nº 637 a 641	1.312	150	150
Imóvel Local Cruzeiro do Sul, Nº 607	1.419	170	170
Imóvel Local Avenida Rio Branco, Nº 1338	1.250	770	770
Terreno Local Rua Loefgreen, 2070	6.300	827	827
Obras de Arte	59	59	59
Jóias	12	12	12
Depreciação Acumulada	-	(533)	(483)
	10.683	1.515	1.565

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

O IJC possui registrado como propriedades para investimento imóveis que atualmente encontram-se disponíveis e aptos para locação e/ou venda.

Em 31 de dezembro de 2019 apresenta o montante de propriedade para investimento no valor de R\$ 1.515 mil (R\$ 1.565 mil em 31 de dezembro de 2018). As propriedades para investimentos foram lançados a valor de custo de aquisição e foram avaliados em valor de mercado de R\$ 10.683 mil.

6.1. Propriedade para venda

	Valor Justo	Saldo contábil	
	2019	2019	2018
Terreno Local Rua Caiapós, Cotia Lotes 16	1.330	70	70
	1.330	70	70

Em 31 de dezembro de 2019 apresenta o montante de propriedade para venda no valor de R\$ 70 mil (R\$ 70 mil em 31 de dezembro de 2018). Os imóveis para vendas foram lançados a valor de custo de aquisição e foram avaliados em valor de mercado de R\$ 1.330 mil.

7 Imobilizado

Composição	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	2.477	(1.614)	863	498
Máquinas e equipamentos em Geral	10%	2.083	(1.468)	615	543
Máquinas e equipamentos Médicos	10%	1.098	(775)	323	132
Computadores e Periféricos	20%	2.181	(1.698)	483	420
Instrumentos Musicais	10%	11	(8)	3	4
Equipamentos Audiovisual	10%	162	(87)	75	33
Veículos	20%	299	(261)	38	78
Edifícios	4%	10.241	(8.203)	2.038	2.490
Terrenos	-	405	-	405	405
Instalações	10%	534	(465)	69	98
Benfeitorias Bens Terceiros	10%	1.107	(478)	629	731
		20.598	(15.057)	5.541	5.432

Movimentação

	2018	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2019
Móveis e Utensílios	498	472	(14)	-	(93)	863
Máquinas e equipamentos em Geral	543	183	-	-	(112)	615
Máquinas e equipamentos Médicos	132	232	-	-	(41)	323
Computadores e Periféricos	420	250	(2)	-	(185)	483
Instrumentos Musicais	4	-	-	-	-	3
Equipamentos Audiovisual	33	51	-	-	(9)	75
Veículos	78	-	-	-	(40)	38
Edifícios	2.490	-	-	-	(454)	2.038
Terrenos	405	-	-	-	-	405
Instalações	98	-	-	-	(28)	69
Benfeitorias Bens Terceiros	731	-	-	-	(101)	629
	5.432	1.188	(16)	-	(1.063)	5.541

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

8 Salários e encargos sociais

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	2.171	1.989
Salários a pagar	1.015	965
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	343	300
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	197	195
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	158	152
Programa de Integração Social - PIS	17	17
Outros	203	134
	4.104	3.752

9 Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante de R\$ 51 (R\$ 97 em 2018) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Saldo final 31/12/2019	Adição	Utilização	Saldo final 31/12/2018
Previdenciárias e trabalhistas	51	-	(46)	97

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possuía processos judiciais em aberto de natureza trabalhista no valor de R\$ 3 com risco de perda avaliado como possível.

10 Patrimônio líquido

Composto pelo patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis e contribuição voluntária dos associados.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres de finalidades filantrópicas, dotadas de personalidade jurídica com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de São Paulo, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão que o substitua. Inexistindo, a reversão ocorrerá em benefício de uma entidade pública.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

10.1 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra superávits acumulados.

10.2 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos.

Não será remunerado o exercício das funções dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal da APAE de São Paulo e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens, benfeitores, mantenedores, associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

11 Receitas operacionais

A Entidade gera receita principalmente pela realização do teste de triagem neonatal, atividades educacionais e sociais para o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual. Outras receitas incluem cursos customizados, venda de bazar e doações.

O grupo de receitas está dividido conforme a seguir:

11.1 Sem restrições

	2019				
	Saúde	Social	Educação	Apoio	Total
Venda de serviços	28.847	2.893	2.188	-	33.928
Doações e contribuições recebidas	213	78	-	5.809	6100
Receitas eventuais	-	-	-	-	-
Venda de mercadorias	662	-	-	331	993
	<u>29.722</u>	<u>2.971</u>	<u>2.188</u>	<u>6.140</u>	<u>41.021</u>
	2018				
	Saúde	Social	Educação	Apoio	Total
Venda de serviços	26.663	3.454	3.102	56	33.275
Doações e contribuições recebidas	62	13	56	3.163	3.294
Receitas eventuais	-	-	347	2.197	2.544
Venda de mercadorias	582	-	-	13	595
	<u>27.307</u>	<u>3.467</u>	<u>3.505</u>	<u>5.429</u>	<u>39.708</u>

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

11.2 Com restrições - receita de projetos e subvenções

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldo 2018	Valores recebidos	Rendimentos	Consumo	Devolução	Saldo 2019
Pronas Projeto CER Ampliado	451	-	-	-	-	451
Pronas Projeto Qualificação profissional	2.278	-	33	-	-	2.312
FUMCAD 010/2019 Defensores	-	1.302	-	(443)	-	859
FUMCAD 021/2019 Guaianases	-	2.181	-	(573)	-	1.608
FUMCAD - Aprendendo seus Direitos	35	424	-	(415)	-	44
FUMCAD - Diagnóstico	81	1.580	-	(1.115)	-	546
Projeto Delegacia Polícia	18	913	-	(698)	-	233
Projeto Intelectual 1845/2018	-	469	-	(205)	-	264
OPEN SOCIETY	-	514	-	(514)	-	-
Projeto Envelhecimento 305/2018	-	1.565	-	(785)	-	780
Projeto do Idoso	205	169	-	(233)	-	141
FUMCAD - TRABALHO	-	-	-	(32)	(32)	-
PROJETO SECRETARIA ESTADUAL	-	185	-	(185)	-	-
EMENDAS PARLAMENTARES	-	1.682	-	(1.631)	-	51
Total	3.068	10.984	33	(6.765)	(32)	7.289

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2019 foi recebido o total de R\$ 9.961 (R\$ 2.753 em 2018), sendo R\$ 5.576 (R\$ 3.258 em 2018) aplicados em custeio. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante, no montante de R\$ 3.610 em 2019 (R\$ 4.536 em 2018) e em obrigações com projetos, no passivo circulante, no montante de R\$ 7.289 em 2019 (R\$ 3.068 em 2018).

No ano de 2019, não houve devolução de valor (R\$ 340 em 2018), devido não terem sido utilizados no período de sua execução.

A seguir, apresentamos as características de nossos projetos:

a. PRONAS

Os principais projetos em parceria com o PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), são:

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

- Projeto Pronas CER Ampliado (início em setembro 2018 e término em agosto de 2019).

b. FUMCAD

O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), onde os principais projetos foram iniciados desde 2016, foram:

- **Diagnóstico:** Quebrando Paradigmas;
- Aprendendo seus direitos;
- Emprego Apoiado pessoa Com Deficiência Intelectual.

c. Condeca

O Condeca (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), onde os principais projetos iniciados desde de 2016, foram:

- Projeto Pesquisa sobre o atendimento Socioeducativo para Crianças e Adolescentes com Deficiência Intelectual no Estado de São Paulo;
- Rede de Proteção as Crianças e Adolescentes com Deficiência;
- Fortalecimento da Rede de Inclusão.

12 Custos e despesas operacionais - sem restrições - Pessoal e encargos sociais

	2019				
	Saúde	Social	Educação	Administrativo	Total
Salários	(7.703)	(1.780)	(1.787)	(5.160)	(16.430)
Benefícios a funcionários *	(1.505)	(541)	(194)	(1.013)	(3.253)
Férias e um terço	(997)	(349)	(164)	(743)	(2.253)
Encargos sociais	(1.067)	(373)	(161)	(722)	(2.323)
13º salário	(788)	(273)	(115)	(467)	(1.643)
Indenizações trabalhistas	(59)	(42)	(10)	(130)	(241)
Estagiários	(6)	(16)	-	(13)	(35)
	(12.125)	(3.374)	(2.431)	(8.248)	(26.178)
	2018				
	Saúde	Social	Educação	Administrativo	Total
Salários	(7.633)	(1.593)	(1.619)	(5.222)	(16.066)
Benefícios a funcionários *	(1.534)	(605)	(308)	(1.252)	(3.698)
Férias e um terço	(1.002)	(352)	(212)	(649)	(2.214)
Encargos sociais	(895)	(344)	(196)	(753)	(2.188)
13º salário	(707)	(234)	(158)	(481)	(1.579)
Indenizações trabalhistas	16	(60)	(38)	(124)	(207)
Estagiários	(26)	(82)	-	(13)	(121)
	(11.781)	(3.269)	(2.530)	(8.494)	(26.073)

(*) Os benefícios a funcionários referem-se a vale transporte, assistência médica, refeitório, seguro de vida e outros.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

13 Custos e despesas operacionais - sem restrições - Administrativas e gerais

	2019	2018
Laboratoriais e medicamentos	(6.475)	(7.094)
Serviços profissionais	(4.769)	(4.039)
Utilidades/Insumos	(1.035)	(1.065)
Despesas com eventos e publicação	(173)	(563)
Impressos e escritório	(495)	(475)
Correios e telégrafos	(357)	(358)
Locação de maquinas e equipamentos	(127)	(160)
Produtos alimentícios	(179)	(160)
Despesas com veículos	(139)	(157)
Higiene e limpeza	(107)	(94)
Locomoção	(139)	(80)
Outras despesas	(1.147)	(1.068)
	<u>(15.142)</u>	<u>(15.313)</u>

14 Concessão de gratuidade

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da lei 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º Inciso II da Seção I da Saúde e pelo art.13º §1º Inciso III “a” e “b” da Seção II da Educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da Seção III da Assistência Social. Conforme demonstrativo a seguir:

14.1 Área da Saúde (em milhares)

	2019			2018		
	Atendimento total	Atendimento SUS	%	Atendimento total	Atendimento SUS	%
Consultas e terapias realizadas	343	318	93	322	315	98
Exame triagem neonatal	2.635	1.793	68	2.658	1.775	67
	<u>2.978</u>	<u>2.111</u>	<u>71</u>	<u>2.980</u>	<u>2.089</u>	<u>82</u>

14.2 Área da Educação

	2019	2018
Custo de gratuidade - por aluno (média mês)	471	525
Média de alunos mês	415	427
Média de bolsas (gratuitas mês)	374	381
% de bolsas gratuitas	<u>90%</u>	<u>89%</u>

A APAE de São Paulo, possui contrato com a Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, onde atende os alunos com deficiência intelectual em seu contra turno. - Convênio nº 015-EE/SME/2014.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

14.3 Área da Assistência Social (Serviço de Defesa e Garantia de Direitos e Capacitação e Orientação Profissional) (número de atendimentos gratuitos)

	2019			2018		
	Atendimento total	Atendimento gratuitos	%	Atendimento total	Atendimento SUS	%
Defesa de garantia dos direitos	6.353	6.353	100%	5.328	5.328	100%
Qualificação e orientação para o trabalho	389	389	100%	706	706	100%
	<u>6.742</u>	<u>6.742</u>	<u>100%</u>	<u>6.034</u>	<u>6.034</u>	<u>100%</u>

Defesa e garantia dos direitos

A APAE de São Paulo, atende de forma gratuita Pessoas com Deficiência Intelectual e seus respectivos familiares no auxílio contra a violência, na violação de direitos e sobre questões jurídicas. Capacita, orienta os familiares e divulga os Direitos da Pessoa com Deficiência Intelectual no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Capacitação e orientação para o trabalho

A APAE de São Paulo qualifica e inclui pessoas com deficiência intelectual no mercado aberto de trabalho. Em 2019 foram 721 pessoas qualificadas e 507 delas incluídas. Após a inclusão, realiza-se ainda acompanhamento por 12 meses, com visitas periódicas ao local de trabalho e orientação direta a pessoa e seus líderes imediatos. No Brasil, o número de pessoas com deficiência incluídas no trabalho representa menos de 1% dos empregos formais, segundo dados da RAIS (fonte 2014), muito embora o IBGE aponte que cerca de 24,5 % da população tenha algum tipo de deficiência. Assim, este serviço visa garantir o direito ao trabalho, oferecendo os apoios necessários para incluir as pessoas e combater diretamente a exclusão da pessoa com deficiência intelectual da vida produtiva.

14.4 Outros serviços assistenciais

	2019			2018		
	Atendimento total	Atendimento gratuitos	%	Atendimento total	Atendimento SUS	%
Envelhecimento	137	96	70	137	96	70
Socioeducativo	219	186	85	219	186	85
	<u>356</u>	<u>282</u>	<u>79</u>	<u>356</u>	<u>282</u>	<u>78</u>

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

14.4.1 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é imune de ISS e isenta da COFINS incidentes sobre a totalidade de suas receitas de acordo com o artigo 14, do Código Tributário Nacional, e as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03, regulamentadas pelo art. 24, da Instrução Normativa RFB 1.911/19.

14.4.2 Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 /91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

14.4.3 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, compreende o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. O pedido de renovação do referido certificado foi solicitado, conforme processo 25000.119649/2015-19 e está sob análise do Ministério da Saúde . De acordo com o disposto no § 2º do Art. 24, da Lei 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

15 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019, sendo eles, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber são classificados como custo amortizado e fornecedores estão classificados como outros passivos financeiros.

Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade, exceto para as propriedades para investimentos, conforme comentado na nota 6.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)**

- **Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3:** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

Gestão de capital

A política da Administração da Entidade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Entidade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>Valor</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Valor conforme DFC)	2.167
(-) total do passivo	(6.162)
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.995)</u>
Patrimônio líquido	14.453
Saldo líquido de patrimônio líquido	<u><u>10.457</u></u>

Com base no cálculo acima é possível verificar que a Entidade possui um excedente de patrimônio de R\$ 10.457 frente a sua dívidas totais.

16 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

17 Cobertura de seguros (informações não auditadas)

A Entidade possui cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e responsabilidades no montante julgado suficiente para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores.

Cássio dos Santos Clemente
Presidente do Conselho

Antonio Carlos Pinto
Contador
CRC: 1SP171851/O-0

**INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ANTERIORMENTE
DENOMINADO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO - APAE)**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

**INSTITUTO JÔ CLEMENTE (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
SÃO PAULO - APAE)**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e ao Conselho de Administração do
Instituto Jô Clemente (anteriormente denominado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - APAE)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Jô Clemente (anteriormente denominado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - APAE) ou (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Jô Clemente (anteriormente denominado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - APAE) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 12 de março de 2019, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



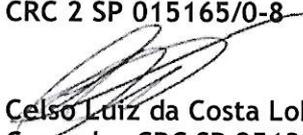
PG 907
RCS 13

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8


Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC SP 251326/0

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO		
	Certidão nº: 2020/045468		
	Nome: ANTONIO CARLOS PINTO		
	Registro: SP-171851/O-0	Categoria: CONTADOR	CPF/CNPJ: 100.587.848-02
	Validade: 25/08/2020		
Finalidade: Atendimento à Lei 5.307/86 (Prestação de Contas)			

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 9192.4529.5523.0959

